



**ATA 1940ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às nove horas e
2 quinze minutos, realizou-se a milésima noningentésima trigésima quadragésima
3 reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo –
4 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 27 (vinte e
5 sete) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir
6 indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Camila Teodoro
7 Godinho, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Guilherme Rodrigues Raggi
8 Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozineti Gonçalves, Regiane
9 Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Suely Castaldi Ortiz da Silva,
10 Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos,
11 Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo
12 Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna
13 Barboza Damasceno, Márcio Magalhães da Silva, Maria Mercedes Whitaker
14 Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai, Rodrigo
15 Fernando Presotto e Rodrigo Toledo. Esteve presente também a gestora de São
16 José do Rio Preto, Luzia Emília Sanchez Ayala Pitangui Calixto. **ORDEM DO**
17 **DIA: I) INFORMES – 1.1) *Justificativas de Ausência*** - Foram consideradas as
18 justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Fábio Silvestre da
19 Silva, Maria das Graças Mazarin de Araújo e Monalisa Muniz Nascimento. **1.2)**
20 ***Entrega de CIP (Carteira de Identificação Profissional)*** - A conselheira
21 secretária Camila Teodoro Godinho comenta que esse informe foi incluído na
22 plenária, pois é importante que as/os conselheiras/os se impliquem com a
23 atividade de entrega das Carteiras de Identificação Profissional – CIPs, trazendo
24 especificamente a questão da Sede (Região Metropolitana), onde somente
25 conselheira/o pode realizar a entrega, sendo que nas subsedes os membros da
26 Comissão Gestora também podem realizar a entrega. Assim, relata que as/os
27 conselheiras/os da sede devem verificar o calendário de datas e horários
28 possíveis para realização dessa atividade, conforme lista disponibilizada pelo
29 setor de atendimento, e apontar suas disponibilidades. É importante que as/os
30 conselheiras/os da sede se organizem para realizar a entrega. Sobre a
31 apresentação a ser realizada no momento da entrega da CIPs, há um roteiro que
32 traz o que deve ser abordado pela/o conselheira/o. Relata que os funcionários
33 administrativos ajudam no processo e o papel do representante do plenário é



34 político. A COF e o Atendimento falam sobre as informações administrativas e
35 técnicas relevantes para a/o psicóloga/o naquele momento. Assim, passará para
36 a plenária a lista de datas possíveis para entrega de CIP, disponibilizada pelo
37 setor de atendimento, para que as/os conselheiras/os da sede assinalem
38 aquelas que têm disponibilidade. **II) APRESENTAÇÃO DOS SETORES -**
39 Conforme deliberação da plenária ordinária 1937^a, de 24 de setembro, para este
40 ponto da plenária foram convidados os coordenadores e supervisores do CRP
41 SP para que se apresentassem e fizessem uma breve explanação sobre as
42 atividades realizadas pelo seu setor. Estiveram presentes, portanto, Alexandre
43 Morgado (coordenador de informática), Zelma Linares (supervisora do setor de
44 Recursos Humanos), Adriana Pereira (assessora técnica do Atendimento), Lia
45 Mara (supervisora do Atendimento), Sara Favero (supervisora interina do setor
46 de Compras), Mario Corrêa (supervisor interino da contabilidade), João Carlos
47 Rosa (supervisor do setor financeiro), Luciana Mantovani (coordenadora técnica
48 interina da COE), Sérgio Valério (supervisor de Eventos), Tersandro Vilela
49 (coordenador da Comunicação – contratado por empresa licitada), Edson
50 Ferreira (assessor técnico do CREPOP), Jessica Morgana F. Batalha
51 (supervisora de Secretaria) e Sandra Ribeiro (coordenadora de Secretaria).
52 Cada um fez a apresentação solicitada, indicando as atividades básicas
53 desenvolvidas pelo setor, indicando quais funcionários o compõem e relatando
54 as atividades que possuem mais interface com o plenário. As/os conselheiras/os
55 presentes também se apresentam aos funcionários e agradecem suas
56 presenças e as informações passadas. O conselheiro presidente, Aristeu Bertelli
57 da Silva, ressalta a importância do reconhecimento da dedicação dos servidores
58 e cita que este plenário sempre reconhecerá a dedicação dessas pessoas que
59 trabalham para o CRP há muito tempo, e outros que mesmo que há menos
60 tempo, que são aqueles que guardam a memória da instituição, pois persistem
61 às gestões. Relata que quando os membros do plenário trabalham até tarde, há
62 servidores trabalhando junto, nunca ficam sozinhos. Portanto, quando se falar
63 da construção de uma obra na gestão, os servidores também fazem parte dessa
64 construção e devem ter o respeito nessa relação de trabalho. Solicita, ainda, que
65 o plenário confie nos trabalhadores desta instituição e que, ao pensar nas ações
66 que serão realizadas, se deve considerar os princípios da economicidade, dos
67 avanços necessários à categoria, mas também respeitar as possibilidades da
68 máquina. As/Os conselheiras/os agradecem a participação dos supervisores e
69 coordenadores e se despedem desses, que deixam a plenária neste momento.



70 Permaneceram presentes apenas a representante do corpo técnico da COF, os
71 coordenadores de Comunicação e de COE, que usualmente acompanham as
72 plenárias e as funcionárias da Secretaria, responsáveis por realizar os registros
73 das discussões e prestar o apoio administrativo durante as sessões. **III)**
74 **APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 1937** – Camila Teodoro
75 Godinho informa que a ata foi encaminhada para leitura e consideração do
76 plenário e que algumas considerações e pedidos de ajustes foram recebidos por
77 parte do pleno. Assim, esclarece o processo para que sejam feitas as atas:
78 inicialmente a Secretaria faz o registro e prepara a ata, baseada inclusive no
79 áudio da plenária, que é gravado; após isso, a minuta é encaminhada para ela,
80 enquanto conselheira secretária, que faz a revisão e correção e retransmite para
81 consideração dos demais membros da Diretoria. Somente então, a minuta é
82 encaminhada a todo o plenário e, conforme Regimento Interno, deve ser
83 aprovada na plenária subsequente. No entanto, muitas contribuições do plenário
84 sobre a minuta da Plenária 1937^a chegaram com curto prazo e algumas geraram
85 dúvidas à Diretoria. Por essa razão, pediu-se ao setor de Secretaria do CRP que
86 realizasse a transcrição a partir do áudio de alguns pontos de pauta, o que foi
87 realizado e entregue à Diretoria. Porém, o corpo diretivo não teve tempo hábil
88 para verificar esse registro. Por isso, pede autorização da plenária para que a
89 Ata seja aprovada na Sessão Plenária Ordinária. A mesa diretoria acrescenta
90 que é importante que se observe que a ata é um documento público, e que, além
91 de servir como registro e memória das discussões e deliberações do pleno,
92 também é um documento que consta no Portal da Transparência, por isso, pede
93 que todas/os se atentem a essa questão para realizarem a revisão desse
94 documento, pois se trata também de um documento de prestação de contas.
95 **Encaminhamento:** O plenário acorda que a Ata da 1937^a Plenária Ordinária
96 será pautada novamente na próxima sessão ordinária para aprovação. **IV)**
97 **APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO** – Vinicius Cesca de Lima, conselheiro
98 tesoureiro, apresenta a proposta orçamentária para o exercício de 2017, para
99 apreciação e aprovação do plenário. Da proposta orçamentária para o exercício
100 que se findará em 31/12/2017: **Receitas:** Receitas de contribuição:
101 R\$39.907.508,54 (trinta e nove milhões, novecentos e sete mil, quinhentos e oito
102 reais e cinquenta e quatro centavos), referentes ao recebimento do pagamento
103 de anuidades de pessoas físicas e jurídicas. A projeção desse valor leva em
104 consideração a base de inscritos e trabalhando e a expectativa de novas
105 inscrições e cancelamentos (com base na série histórica) e considerando o valor



106 das anuidades para o próximo ano aprovada em Assembleia Orçamentária.
107 Outras Receitas Correntes: R\$ 21.146.919,12 (vinte e um milhões, cento e
108 quarenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e doze centavos), referentes
109 ao montante total de anuidades que estão em cobrança judicial, ou seja, em fase
110 de judicialização (executada ou não). Porém deve-se compreender ao
111 recebimento integral desse valor, no próximo ano, é improvável, pois isso
112 significaria não ter mais inadimplência. Receitas patrimoniais: R\$ 1.871.800,00
113 (um milhão, oitocentos e setenta e um mil e oitocentos reais), que é gerada pelo
114 rendimento dos recursos reservados para compra e reforma de bens imóveis
115 (compra de um novo imóvel para a sede e para a Subsede de Campinas e
116 reformas de três subsedes), que já está aprovado em assembleia orçamentária.
117 Ressalta-se também que boa parte das receitas do CRP SP são recebidas no
118 início do ano (pico de novas inscrições), mas não são gastas no mesmo
119 momento, e sim ao longo do ano e, enquanto estão em caixa, também geram
120 rendimentos. Receitas de serviços: R\$ 333.451,31 (trezentos e trinta e três mil,
121 quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos). Essa receita é
122 referente aos valores recebidos pela primeira CIP e pela solicitação de segunda
123 via de CIP. Superávit Anos Anteriores: divide-se em dois subitens – *Crédito*
124 *destinado a imóveis*, no valor de R\$13.442.580,00 (treze milhões, quatrocentos e
125 quarenta e dois mil, quinhentos e oitenta reais) e *Crédito destinado a Reserva*,
126 no valor de R\$ 1.031.123,10 (um milhão, trinta e um mil, cento e vinte e três
127 reais e dez centavos). Esses valores são transpostos do exercício anterior.
128 Assim, a previsão de Receita Bruta é de R\$ 77.733.454,08 (setenta e sete
129 milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e
130 oito centavos). Deduções: Inadimplências - Anos Anteriores: R\$ 17.447.293,49
131 (dezesete milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e
132 três reais e quarenta e nove centavos), valor, com base na série histórica, que
133 não deve ser recebido e referente à inadimplência em exercícios anteriores.
134 Portanto, esse valor é uma dedução de “outras receitas correntes”.
135 Inadimplência – Ano Corrente: R\$ 10.607.773,10 (dez milhões, seiscentos e sete
136 mil, setecentos e setenta e três reais e dez centavos). Essa previsão de valor
137 não está baseada na série histórica, mas no cenário atual, por isso, considerou-
138 se um aumento da inadimplência em relação a anos anteriores. Cota Parte
139 (CFP): R\$ 6.666.576,88 (seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil,
140 quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos), que é equivalente a
141 20% da arrecadação do CRP e é o valor que é transferido para o Conselho



142 Federal de Psicologia, uma vez que esse não conta com recursos próprios.
143 Contribuições a Conta Divulgação: R\$1.666.644,22 (um milhão, seiscentos e
144 sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e dois
145 centavos), que se referem ao valor destinado para a Revista Psicologia Ciência e
146 Profissão e equivale a 5% da arrecadação. Fundo de Seções Estaduais: R\$
147 513.361,62 (quinhentos e treze mil, trezentos e sessenta e um reais e sessenta e
148 dois centavos). Para esse valor, é importante lembrar que o Sistema
149 Conselhos teve a decisão política de que cada estado tivesse um Regional, o
150 que ainda não foi totalmente concluído, porém, para isso, é necessário que os
151 Regionais com maior arrecadação auxiliem os menores, citando que há estados
152 com apenas cerca de 1000 (mil) psicólogos. Tarifa Bancária sem Anuidade:
153 R\$453.620,40 (quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte reais e
154 quarenta centavos), que é o valor gasto como tarifa para os boletos bancários
155 das anuidades, R\$2,20 (dois reais e vinte centavos) por boleto. PASEP: R\$
156 141.239,40 (cento e quarenta e um mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta
157 centavos), que representa 1% do valor gasto com a folha de pagamento. Assim,
158 o Total das Deduções prevista é de R\$ R\$37.496.509,10 (trinta e sete milhões,
159 quatrocentos e noventa e seis mil, quinhentos e nove reais e dez centavos).
160 Resultado no Total das Receitas Líquidas no valor de R\$40.236.944,97
161 (quarenta milhões, duzentos e trinta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro
162 reais e noventa e sete centavos) e, excluindo-se o Superávit, no valor de R\$
163 26.794.364,97 (vinte e seis milhões, setecentos e noventa e quatro mil, trezentos
164 e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos). Despesas: São divididas
165 em 5 (cinco) áreas. Área I - Pessoal Civil: R\$ 14.123.940,19 (quatorze milhões,
166 cento e vinte e três mil, novecentos e quarenta reais e dezenove centavos), que
167 é o valor de despesa previsto com folha de pagamento. Para essa projeção
168 considera-se o valor gasto atualmente com a folha, e ajusta-se para correção
169 pela projeção do índice do INPC (que é o utilizado atualmente pelo CRP para
170 correção dos salários devido à inflação), somado ao anuênio de 1% que,
171 conforme Acordo Coletivo de trabalho, todos os funcionários têm direito e
172 também o aumento de 5% nos salários que os 26 funcionários melhores
173 avaliados recebem. Além disso, considerou-se também a aprovação do PCCS
174 que está em análise no Ministério do Trabalho, que geraria um impacto de 2% na
175 folha. Relata que há uma discussão sobre a porcentagem que a folha de
176 pagamento pode representar sobre as receitas do CRP (se pode ou não
177 ultrapassar 60%). Como 60% é o limite com folha de pagamento de acordo com



178 a Lei de Responsabilidade Fiscal. A nossa meta é que não ultrapasse esse
179 limite. Informa-se que atualmente a folha de pagamento representa cerca de
180 52% das receitas, mas que se as vagas que vem sido ocupadas por temporários
181 forem incorporadas como efetivas (o que deve ocorrer com a aprovação do
182 PCCS), o gasto com folha de pagamento passaria a representar pouco mais de
183 57% das receitas. Área II - Apoio Funcional: R\$5.854.541,68 (cinco milhões,
184 oitocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e um reais e
185 sessenta e oito centavos), referentes a material de consumo, gastos com
186 serviços prestados por pessoas físicas, pessoas jurídicas (temporários e
187 funcionários terceirizados, por exemplo) e autônomos. Área III - Investimentos e
188 Inversões – Assembleia: R\$ 13.442.580,00 (treze milhões, quatrocentos e
189 quarenta e dois mil, quinhentos e oitenta reais), que é a projeção caso o CRP
190 execute todas as ações de compra e reforma de imóveis que estão projetados e
191 aprovados em Assembleia Orçamentária. O gerente geral, Diógenes Pepe,
192 explica que no caso da compra da sede, a venda do imóvel utilizado atualmente
193 deve demorar cerca de 2 a 3 anos para ser concretizada e, por isso, o valor com
194 a venda não é considerada para o orçamento. Área IV – Plano de Trabalho -
195 Ações Políticas: R\$ 4.966.000,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta e seis
196 mil reais), que é o valor destinado para as ações políticas do plenário. Ressalta
197 que é nessa área de despesa que são alocados jetons, ajudas de custo,
198 hospedagens, passagens e outros gastos com os próprios conselheiros,
199 gestores e colaboradores. Área V – Reserva de Contingência: R\$1.031.123,10
200 (um milhão, trinta e um mil, cento e vinte e três reais e dez centavos), que é o
201 valor reservado para ações que não estão planejadas e imprevistos. Vinicius
202 explica que a aplicação do valor destinado à compra do novo imóvel da sede
203 gera rendimentos, mas que é incongruente isso, uma vez que cobramos tributos
204 da categoria. Porém, esses rendimentos deram uma folga orçamentária para o
205 CRP e, com a compra do novo imóvel, o CRP deixaria de arrecadar cerca de
206 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) e haveria um estrangulamento
207 orçamentário. Considerações do plenário: 1) Considerando os 52% que
208 comprometidos com a folha de pagamento, questiona-se se deve ser pensado
209 em aumento das receitas, uma vez que há discussão da formação de uma nova
210 Subsede, que vem sendo discutida para a região metropolitana, e da revisão da
211 estrutura da Subsede de Campinas e que tais ações acarretariam a necessidade
212 de contratação de novos funcionários. Assim, não haveria saldo suficiente para
213 as contratações, sem que se ultrapassasse o limite imposto pela lei de



214 responsabilidade fiscal. Inclusive porque, se considerar os cargos que estão
215 vacantes, a folha de pagamento já chegaria a 57%. 2) Questiona-se a razão de a
216 situação que a compra de novo imóvel para sede acarretaria somente foi trazida
217 agora ao plenário, uma vez que a situação já deveria ser semelhante em gestões
218 anteriores. 3) Pontua-se que se trata de uma questão que deve ser trazida a
219 plenária e que cenários de crise são criados devido ao uso de lucros criados sem
220 lastro. Nesse contexto, é necessário pensar no que é fundamental ao CRP, ou
221 seja, o quadro de pessoal, o que é básico e que deve ser pensado até pelo viés
222 do respeito aos trabalhadores. Pois, o que se vê, muitas vezes, é que em casos
223 de crise, há o sucateamento da estrutura através do corte de pessoal. Desse
224 modo, a discussão de contenção dos custos deve ser feita a partir das ações
225 que realizamos, de ter um limite de gasto, o que pode ser feito pelo corte de
226 gastos com apoio à organização de atividades, até que seja feito o ajuste
227 necessário, ou seja, é possível explicar que esses apoios estão condicionados a
228 existência do recurso. Continuar com o mesmo investimento em um cenário em
229 que pode haver redução do orçamento pode ser considerado improbidade. Mas
230 é importante considerar que esta entidade não deve ter lucro, mas a gestão tem
231 que envidar esforços para utilizar o máximo dos recursos com responsabilidade.
232 4) A respeito dos gastos com tarifa bancária, questiona-se se é possível
233 encontrar alternativas ao boleto bancário, como aplicativos de pagamento *online*.
234 5) Questiona-se se existe uma separação entre os valores gastos com diárias e
235 jetons de conselheiros/os daqueles que são gastos em apoios e se nestes
236 casos, os valores gastos também são contabilizados dentro dessas ações
237 políticas. 5) Indica-se que há plena confiança na tesouraria e na gerência do
238 CRP SP, mas que poderia ser importante uma análise externa por especialistas,
239 ainda que essa gere custos. Pois, muitas coisas são feitas a muito tempo da
240 mesma forma e acabam sendo naturalizadas. 6) Relembra-se que, em alguns
241 momentos, o CRP SP trabalhou com teto de valores destinados a apoios e
242 parcerias, o que pode ser feito nesse momento. 7) Cita-se que nas sedes a
243 dinâmica com banco demanda os funcionários administrativos que precisam ir
244 pessoalmente ao banco e, assim, questiona-se se há possibilidade de viabilizar o
245 *Token*, para diminuir a demanda e facilitar o trâmite. 8) Reforça-se que podem
246 ser pensadas as ações políticas de forma organizada, pois, assim, é possível
247 utilizar o mesmo recurso sem necessidade de diminuir as ações políticas. 9)
248 Comenta-se da preocupação acerca da possibilidade de inviabilidade da
249 reestruturação da Subsede de Campinas, entendendo-se positiva a questão da



250 conciliação para aumentar a arrecadação, mas que é um dinheiro que só entra
251 uma vez. Sendo que a reformulação de uma Subsede traz a um acréscimo na
252 folha de pagamento que não volta a reduzir. Assim, entende-se que pode ser
253 pautar da próxima Assembleia a compra de imóveis, indicando as atualizações
254 necessárias, pois a estrutura do CRP cresceu. Em relação à exposição do
255 plenário, o conselheiro tesoureiro explica que a novidade no processo é que há a
256 possibilidade mais concreta de aquisição de um novo imóvel para a sede. A
257 discussão que foi feita no processo de transição das gestões e que é trazida a
258 esta plenária é que se trata de uma ação que não deve ser protelada. Cita que
259 vem sendo amadurecida a possibilidade de criar estratégias para redução das
260 ações políticas, pois grande parte do orçado é gasto com o próprio plenário,
261 assim, para redução dos gastos poderia ser feita revisão das despesas com
262 jeton, diárias e ajudas de custo. Entende também que as subsedes podem
263 pensar na possibilidade de redução de gastos dentro de suas realidades. Quanto
264 ao aumento das receitas, pontua que realizar a cobrança apenas por via judicial
265 não é totalmente eficaz: não são aceitos pequenos valores, além de gerarem
266 transtorno para o profissional, que fica com seu nome na dívida ativa, e
267 aumentar a demanda do judiciário. Assim, uma alternativa a questão da
268 inadimplência pode ser a conciliação, que entende não se tratar de uma entrada
269 financeira pontual, esclarecendo que atualmente há 21 (vinte e um) milhões de
270 reais de inadimplência, dos quais a previsão é que o CRP receba 4 (quatro)
271 milhões, mas a projeção é que aumente outros 10 (dez) milhões no ano. Assim,
272 caso no próximo ano se zerasse a inadimplência, o CRP teria 31 (trinta e um)
273 milhões de reais a mais no orçamento. A respeito da possibilidade de utilizar
274 outros serviços bancários, sem ser o boleto, para não ter pagamento de tarifa,
275 esclarece que não é possível, pois a regulamentação exige que seja da forma
276 como é realizado atualmente. Informa, ainda, que está sendo pensado sobre as
277 possibilidades para facilitar os trâmites financeiros, mas que se pode utilizar táxi
278 para os deslocamentos ao banco, inclusive por questões de segurança. O
279 gerente geral, Diógenes Antônio Pepe, comenta que houve grande avanço na
280 tecnologia e que o CRP ainda é bastante embrionário em questão de controle
281 interno. Os sistemas utilizados (Implanta e Siscaf) não trazem a segurança
282 necessária para fazer os procedimentos bancários *online*. Sua opinião é de que
283 não se pode arriscar, assim, recomenda que as movimentações financeiras
284 sejam feitas de forma mais conservadora, considerando, também, que o plenário
285 faz visitas pontuais ao CRP, não estando todo o tempo em suas dependências,



286 e da forma como atualmente é realizado, possibilita maior controle sobre essas
287 movimentações. Quanto aos funcionários terem que ir pessoalmente ao banco,
288 coloca que são tarefas que precisam ser realizadas. Pontua também que a
289 negociação com os bancos é feita em âmbito nacional. Sobre a situação do
290 CRP, pondera que há duas grandes dificuldades: não ter adquirido o novo
291 imóvel para a sede e não ter o novo PCCS aprovado pelo Ministério do Trabalho.
292 Acrescenta que, embora vá ocorrer uma diminuição de rendimentos com a
293 compra do imóvel, haverá também uma economia em relação aos gastos
294 cotidianos, pois atualmente o CRP tem custo com dois imóveis. Também, com a
295 aprovação do novo PCCS, a despesa com temporários diminuirá. Então não se
296 trata de um cenário drástico. Vinicius Cesca reforça que há 5 (cinco) milhões de
297 reais no orçamento destinados a ações políticas. Essas ações serão as que
298 indicaremos no planejamento estratégico. Pondera que possíveis estratégias no
299 planejamento estratégico podem incidir no montante que será gasto. Questiona-
300 se ao tesoureiro se para aprovação do orçamento há questões fundamentais
301 que serão discutidas no próximo ponto de pauta "Assuntos Financeiros". Pois,
302 caso haja, sugere-se avançar a discussão o próximo ponto e que somente
303 depois seja finalizada esta discussão. O conselheiro tesoureiro esclarece que
304 não está sendo reduzindo o valor do orçamento com ações políticas, ao
305 contrário, há um aumento de quinhentos mil reais em relação ao orçamento do
306 ano passado. Mas há outras questões políticas envolvidas que devem ser
307 consideradas e que serão enfrentadas por este plenário. Pode-se pensar em
308 ações para aumentar as receitas, mas não há como prever neste momento.
309 Assim como os gastos com diárias e jetons também podem ser reduzido, mas
310 não há elementos, atualmente, que alterem a previsão orçamentária. Quanto ao
311 novo imóvel para a sede, relembra que houve um momento de aquecimento
312 imobiliário, que dificultou a compra ao longo do tempo. Agora houve um influxo,
313 que talvez possibilite essa compra. Aristeu Bertelli da Silva, conselheiro
314 presidente, pontua que é necessário e importante que a plenária se preocupe
315 com as questões financeiras e orçamentárias do CRP, mas esclarece que este
316 Regional é um dos que as contas são mais equilibradas, o que é possível de ser
317 observado nas APAFs. Ressalta também que os funcionários realizam o trabalho
318 de correção. Entende que o plenário deve se esforçar para efetuar a compra do
319 novo imóvel para a sede e para a Subsede de Campinas, o que vai exigir mais
320 austeridade, mas não significa abandonar as ações políticas. Reforça a
321 importância, especialmente, da compra de novo imóvel para a sede, pois se



322 as/os conselheiras/os conversarem com os responsáveis pelo setor de recursos
323 humanos do CRP, poderão constatar que há questões de adoecimento e de
324 absenteísmo que podem ter relação com saúde do trabalhador, devido às
325 condições de trabalho, dos funcionários estarem em espaços não adequados.
326 Ressalta que, em gestões anteriores, houve a opção de não realizar a compra
327 desse imóvel, mas isso não configura prevaricação de nenhuma forma: a compra
328 de um imóvel por uma autarquia exige muito cuidado e, em alguns momentos, a
329 situação do mercado não era favorável. Além do aumento de receitas por meio
330 de conciliação, a ideia também é trazer as/os psicólogas/os para que possam
331 contribuir e estarem mais próximo ao CRP. Vinicius Cesca comenta que trouxe a
332 questão da compra dos imóveis para que a plenária possa pensar em como lidar
333 com a situação, o que pode ser feito, pensando na dimensão das despesas, mas
334 que não é algo que necessita ser resolvido agora. **Encaminhamento:** A
335 proposta orçamentária foi aprovada por unanimidade pelo plenário. **V)**
336 **ASSUNTOS FINANCEIROS - 5.1) Apoios e Parcerias** – O conselheiro
337 tesoureiro Vinicius Cesca de Lima apresenta ao plenário como são realizados
338 configurada os apoios e parcerias do CRP SP: a Resolução CRP-06 nº 02/2013
339 normatiza e estabelece critérios e regras para a concessão de apoios e
340 parcerias. Segundo essa resolução, podem ser objeto de apoios ou parcerias
341 "ações promovidas junto à sociedade, por ou com terceiros, responsáveis por
342 promover, desenvolver e qualificar a Psicologia no Estado de São Paulo", o
343 órgão deliberativo é o plenário e há uma rubrica orçamentária específica, com
344 alocação de recursos a partir do planejamento estratégico. Faz, então, a
345 diferenciação entre os dois: a) Apoios – É destinado a ações pontuais, não
346 concebidas pelo CRP SP, sem participação deste na sua construção e
347 organização. Tem se dado em três modalidades: divulgação, empréstimo de
348 espaço físico e destinação de verbas. Segundo ainda essa Resolução, o fluxo
349 segue: 1) definição das diretrizes pelo plenário; 2) a solicitação é encaminhada
350 com 30 dias de antecedência (havendo flexibilidade em casos excepcionais); e,
351 3) realização da análise e deliberação pela tesouraria do CRP. Sobre os critérios
352 e regras para os apoios: a) não podem ser apoiadas ações que visem lucro; b)
353 empréstimo de espaço físico deve ocorrer preferencialmente em horário
354 comercial, para que não onerem o CRP com pagamento de hora extra para os
355 funcionários, embora ocorram situações que tem sido concedido fora desse
356 horário; c) não pode ser emprestado o sistema de transmissão *online*; d) podem
357 ser exigidas contrapartidas; e, e) o deferimento pode ser parcial, citando como



358 exemplo que há casos em que são solicitados valores altos e o CRP concede o
359 com uma parte do solicitado. Parcerias - Segundo a Resolução, é destinada a
360 ações com entidades parceiras, por prazo de tempo determinado estabelecido
361 entre as partes, quando o CRP 06 tiver interesse técnico e/ou político, sendo
362 que, neste caso, o CRP 06 também poderá deliberar sobre a construção,
363 organização e realização da ação. Deverão conter projeto e cronograma político-
364 financeiro, o que muitas vezes não ocorre, mas por ser de interesse do CRP,
365 acaba sendo firmada a parceria. Mas se trata de um documento importante para
366 auxiliar na análise e deliberação. A solicitação é encaminhada para análise da
367 tesouraria *ad referendum* do plenário. Assim, parceria é correalização de uma
368 ação, em que o CRP participa do processo de construção da atividade. Mas
369 aponta o recebimento de solicitações de parcerias para ações que não
370 descrevem exatamente o que é esperado e que não trazem o cronograma
371 político-financeiro, o que é um elemento necessário para apreciação, de acordo
372 com a resolução. Em regra, o CRP pode indeferir todas as solicitações em que
373 não é possível fazer análise do mérito. Com base na Resolução, há ainda a
374 necessidade de preenchimento de dois formulários específicos: “Solicitação de
375 Apoio/Parceria” e “Relatório de Impacto”. O primeiro deve ser preenchido e
376 encaminhado para se realizar a solicitação e o segundo deve ser preenchido
377 após a realização da atividade para a qual foi concedido o apoio e é utilizado
378 para que o CRP possa avaliar a relevância do apoio dado. Relata que muitos
379 pedidos chegam com a descrição no corpo do e-mail enviado e acabam
380 atrasando os trâmites, pois é necessário o preenchimento do formulário. A
381 respeito do fluxo, explica que as solicitações são recebidas pela secretaria do
382 CRP SP e encaminhadas semanalmente para ciência, análise e deliberação da
383 tesouraria. Os resultados da deliberação por parte do tesoureiro são
384 comunicados pela secretaria ao solicitante. Reforça que a análise é feita
385 semanalmente, portanto, o prazo tem sido de uma semana, no máximo, para
386 que haja a deliberação. Já as demandas que são recebidas com urgência são
387 encaminhadas por e-mail e, assim, estão tendo respostas ainda mais rápidas.
388 Solicita ao plenário que se evite encaminhar solicitações com curto prazo, tendo
389 em vista, inclusive, o exposto na Resolução, que é o prazo de 30 dias. Comenta
390 que há algumas diretrizes que foram sendo construídas pelas gestões anteriores
391 do CRP SP, mas que não constam na Resolução. Essas diretrizes têm sido
392 consideradas nas análises dos pedidos. São elas: i) Não apoiar ações que
393 exigem pagamento de taxa de inscrição para acesso; ii) Não apoiar ações



394 desenvolvidas por instituições públicas para não caracterizar transferência de
395 recursos, cabendo, com estas instituições, apenas o dispositivo da parceria; iii)
396 Não apoiar solicitações apresentadas de forma individual, mas apenas por
397 coletivos, organizações ou entidades; iv) Não custear deslocamentos com uso
398 de carro próprio a não ser que se demonstre vantagem financeira ao CRP; v)
399 Não destinar, como apoio, valores superiores a R\$8 mil, que caracterizam
400 necessidades de licitação. Explica que para atividades cujo acesso é pago
401 caberia ao CRP realizar parceria e não conceder apoio. Outro critério construído
402 nas gestões anteriores é o de não apoiar ações desenvolvidas por instituições
403 públicas, evitando que se configure como transferência de recursos, mas com
404 essas instituições também é possível a realização de parceria. Cita como
405 exemplo que uma universidade pública não poderá ter apoio do CRP para a
406 realização de um evento não é possível, mas é possível que o CRP construa
407 junto a atividade. Apresenta, então, o diagnóstico situacional referente a apoios
408 e parcerias: Recurso destinado no Orçamento 2016: R\$2.823.808,86 (dois
409 milhões, oitocentos e vinte e três mil, oitocentos e oito reais e oitenta e seis
410 centavos); total de solicitações na gestão do XIV Plenário: 443 (quatrocentos e
411 quarenta e três), ou seja, média de 148 solicitações por ano ou 3 solicitações por
412 semana. Quanto à caracterização das solicitações na gestão passada
413 (setembro/2013 a agosto/2016): 244 (52%) para destinação de verbas; 115
414 (25%) pedido de empréstimo de espaço; 29 (6%) apoios de cessão do serviço de
415 audioconferência; 26 (6%) pedido de materiais; 21 (5%) auxílios de divulgação;
416 15 (3%) solicitações com pedido de representação; 08 (2%) pedidos de
417 publicações do CRP SP; 06 (1%) de apoio institucional; e, 01 (0%) para
418 confecção de arte do CRP. Em relação aos solicitantes, no mesmo período, 202
419 (55%) são movimentos sociais; 56 (15%) entidades; 32 (9%) universidades; 20
420 (5%) Fóruns; 10 (3%) movimento indígena; 2 (1%) CFP; 1 (0%) serviços
421 públicos; 01 (0%) coletivos de estudantes; 44 (12%) outros. Quando às
422 deliberações, 96 (76%) foram deferidos; 21 (17%) indeferidos; 07 (5%) tiveram
423 as atividades canceladas; 01 (1%) teve outro encaminhamento que não foi
424 resgatado; e, 01 (1%) virou representação. Daqueles que foram indeferidos,
425 foram: 08 (38%) por solicitação de valor elevado; 06 (28%) pela impossibilidade
426 de apoiar instituições públicas; 03 (14%) por inadequação da proposta; 01 (5%)
427 por se tratar de solicitação individual; 01 (5%) por incompatibilidade de
428 interesses; 01 (5%) indisponibilidade do espaço; e, 01 (5%) por razões não
429 informadas. Desse modo, apresenta suas preocupações quanto relacionadas



430 aos apoios e parcerias do CRP SP: a) necessidade de incorporar à resolução
431 que normatiza apoios e parcerias aquilo que foi acumulado como diretrizes ao
432 longo das gestões, assim como aprofundar o debate sobre os parâmetros e
433 critérios; b) não permitir que os dispositivos de apoio e parceria sejam utilizados
434 como se o CRP 06 fosse agência de financiamento; c) importância de construir
435 uma política de apoio e parceria de caráter estratégico, alinhada com um
436 planejamento que estabeleça claramente objetivos e metas de gestão e explicita
437 os apoios e parcerias como estratégia para alcançá-los; d) normatizar outros
438 dispositivos, a exemplo de convênios. Cita que é importante que seja dada mais
439 transparência sobre a concessão de apoio. Lembra também que há discussão
440 no próprio Sistema Conselhos, com a defesa deste CRP de que não se
441 despolitize o processo, fazendo com que os apoios e parcerias deixem de ser
442 ferramenta estratégica para construção de política, e assumam o funcionamento
443 de uma agência de financiamento. Assim, entende que é necessário fazer uma
444 política de apoio e parceria que não seja realizada de forma individualizada a
445 cada demanda, porque isso dificulta ter a visão sobre o que está sendo
446 realizado, portanto, pontua que deve ser dada a direção política ao processo,
447 garantindo o rigor e a transparência, mas que também possa ser estratégico.
448 Tendo em vistas as preocupações apresentadas, sugere que seja revista a
449 normativa, pela aprovação de nova resolução que substitua a vigente.

450 Considerações do plenário: 1) Questiona-se se haverá algum teto de valor para
451 apoios que a própria Subsede poderá deliberar, ou se todos devem ser
452 deliberados pela tesouraria; 2) Entende-se é importante que o plenário seja
453 cientificado sobre os indeferimentos para que possam realizar diálogo com o
454 solicitante e para que haja alinhamento entre as falas. Assim, entende-se que
455 deve haver o diálogo entre a tesouraria e o plenário sobre as solicitações,
456 sempre que possível; 3) Manifesta-se apoio a elaboração de nova resolução,
457 citando-se que há grande dificuldade, pois muitas vezes o CRP SP é visto como
458 agente financiador; 4) Comenta-se que, às vezes, há confusão sobre as rubricas,
459 se é de apoio ou representação. 5) Cita-se que na Subsede de Bauru, quando
460 há convite para o CRP participar de palestra em atividade paga, o CRP participa
461 desde que para a atividade que terá sua participação, o acesso não seja restrito
462 a quem pagou inscrição no evento. E o CRP entrega um certificado à parte para
463 o participante dessa atividade; 6) Pontua-se que o CRP tem representações que
464 não estão sendo utilizadas, como da Frente Estadual da Luta Antimanicomial,
465 por exemplo, onde era possível a construção de parcerias, ao invés da simples



466 concessão de apoios financeiros; 7) Indica-se que a contrapartida exigida para
467 todos os pedidos de apoio pode ser de que se tenha representação do CRP na
468 atividade; 8) Pede-se que o critério de não conceder apoio para entidades
469 públicas possa ser flexibilizado, tendo em vista que em algumas situações pode
470 se tratar de grupos dentro da entidade que não conseguiram financiamento
471 diretamente, mas que podem ser de importância e relevância por o CRP; 9)
472 Pensando no Planejamento Estratégico, traz-se a preocupação quanto a
473 atividades estaduais que venham a ser realizadas em municípios de
474 determinada Subsele e, para viabilizar a participação, devem chegar pedidos de
475 apoios das outras regiões; 10) Pontua-se a importância de que seja feito o
476 planejamento adequado em relação aos apoios e parcerias e que não seja
477 utilizado somente o critério de contenção de despesas, construindo lastros e
478 concretudes para as ações; 11) Pondera-se que o CRP sempre manteve suas
479 ações ordinárias junto com as ações políticas e, se as ações políticas impactam
480 a estrutura, é necessário pensar na ampliação dessa estrutura; 12) Indica-se que
481 não se pode considerar o apoio a uma instituição para a qual o dinheiro do CRP
482 é aceito, mas sua participação não seja. Considerando que a participação do
483 CRP pode ser utilizada como um espaço de construção política; 13) Comenta-se
484 que o CRP SP deve romper com essa visão que muitas vezes se têm dele, de
485 que é financiador, assim, propõe-se que o CRP não trabalhe mais com a política
486 de apoios, somente com parcerias, pensando nessa construção política; 14)
487 Questiona-se sobre as solicitações de representação que chegam às subselede,
488 se podem ser deliberadas pelas comissões gestoras ou se devem passar pela
489 análise de diretoria; 15) Solicita-se que sejam respondidos os pedidos de apoio
490 que são indeferidos, pois houve caso em que não houve resposta ou explicação;
491 16) Indica-se a necessidade de que o plenário seja mais objetivo nas
492 discussões, tendo em vista que os temas não serão esgotados nesta sessão,
493 retornarão para a pauta em outras ocasiões. Vinicius Cesca de Lima solicita que
494 sejam diferenciadas as instâncias que estão sendo discutidas, pois
495 representações têm sido analisadas pela conselheira vice-presidenta e não se
496 relacionam com as solicitações de apoio. Com relação à autonomia das
497 subselede, explica que em caso de solicitações que envolvam representação,
498 empréstimo de espaços físico das subselede ou pedidos de materiais, não cabe a
499 análise da tesouraria. Porém, quando envolvem despendimento financeiro, faz
500 defesa que seja de deliberação da tesouraria. Traz como desafio incorporar as
501 diretrizes postas na resolução e indica que há flexibilização no que diz respeito a



502 instituições públicas, para as quais é possível a construção de parceria. Ressalta
503 que o CRP não deve suplantar o lugar de agência de financiamento. Quanto às
504 representações nas subsedes, explica-se que a Comissão Gestora pode
505 deliberar, desde que os nomes tenham sido aprovados em plenária como
506 colaboradores do CRP SP. Em relação aos pedidos de apoio que são
507 indeferidos, esclarece que têm detalhado as razões quando há indeferimento e
508 que não saberia responder sobre o caso trazido, pois se trata de deliberação de
509 outro plenário. Portanto, seria necessário realizar levantamento.

510 **Encaminhamento:** O departamento de secretaria do CRP SP deverá
511 encaminhar para o plenário o arquivo da apresentação em Power Point feita pelo
512 conselheiro tesoureiro Vinicius Cesca de Lima. **5.2) Ajudas de Custo, Diárias e**
513 **Jetons** - O conselheiro tesoureiro Vinicius Cesca de Lima faz apresentação da
514 proposta de revisão da Resolução CRP-06 nº 01/2002 em atendimento dos
515 marcos legais e regulatórios, a exemplo da Lei nº 11.000/2004 e das Resoluções
516 CFP nº 03/2007 e 07/2007, além das recomendações do Tribunal de Contas da
517 União. A propositura objetiva também melhor parametrização que garanta o
518 cumprimento do princípio constitucional da economicidade dos atos de gestão
519 na administração pública, considerando diagnóstico de desperdício de recursos
520 da autarquia em decorrência de uma parametrização frouxa. Assim, apresenta
521 as regulamentações, bem como as orientações do Tribunal de Contas da União
522 que dão servem de parâmetro para este Conselho Regional de Psicologia de
523 São Paulo. Orientações do TCU - Lei 11.000/2004, Art. 2º, § 3º: "Os Conselhos
524 (de fiscalização de profissões regulamentadas) ficam autorizados a normatizar a
525 concessão de diárias, jetons e auxílios de representação, fixando o máximo para
526 todos os Conselhos Regionais". Não se pode afirmar, entretanto, que o
527 legislador ao deferir aos Conselhos Federais a prerrogativa para normatizar a
528 concessão de diárias tenha pretendido autorizar o pagamento de valores
529 superiores aos definidos no Decreto 343/91, alterado pelos Decretos 1.656/95 e
530 3.643/2000. Deve-se entender a normatização prevista na lei como o
531 estabelecimento de critérios para a concessão de diárias e o enquadramento
532 dos níveis funcionais dos conselhos nas diferentes faixas de valores das diárias
533 do quadro anexo ao Decreto 343/91. Tribunal de Contas da União: "Isso não
534 significa que os Conselhos, ao normatizarem a concessão de diárias, não se
535 submetam a qualquer restrição, a ponto de possibilitar a fixação de valores tidos
536 como exorbitantes. Isso porque, por integrarem a Administração Pública, e pelo
537 fato de os recursos geridos possuírem natureza pública, os atos de gestão de



538 seus dirigentes submetem-se aos princípios que lhes são correlatos, a exemplo
539 da moralidade, da razoabilidade, do atendimento ao interesse público e da
540 economicidade dos atos de gestão, dentre outros”. Acórdão TCU 0570/07:
541 “Determinar aos Conselhos Federais de Fiscalização de Profissões
542 Regulamentadas que a normatização da concessão de diárias, mormente a
543 fixação de seus valores, deve pautar-se pelo crivo da razoabilidade, do interesse
544 público e da economicidade dos atos de gestão, bem como pelos demais
545 princípios que regem a Administração Pública. Determinar aos Conselhos
546 Federais de Fiscalização de Profissões Regulamentares que normatizem e
547 publiquem anualmente o valor das diárias, jetons e auxílios de representação,
548 com base no § 3º do art. 2º da Lei 11.000/2004, alertando que a adoção de
549 valores desarrazoados, assim entendidos os que injustificadamente excedem
550 aqueles praticados por outros órgãos e entidades da administração pública
551 federal, poderá ensejar a aplicação de medidas sancionadoras por este
552 Tribunal”. Decreto nº 5.992/2006 – expôs-se tabela com a Classificação do
553 Cargo/Emprego/Função e deslocamentos (região e valores). Pontua ainda as
554 divergências entre as resoluções do CRP 06 e do CFP: Ajuda de Custo -
555 Segundo a resolução regional, é o custeio de alimentação e transporte para
556 atividades dentro do Estado de SP, com um padrão para atividades realizadas
557 até 50 km do município de residência e outro para atividades realizadas a partir
558 de 50 km do município de residência; já segundo a resolução federal, é o custeio
559 de transporte para atividades realizadas no município de residência. Atividades
560 com duração de até um período do dia são custeadas com 50% do valor.
561 Diárias: refere-se ao custeio de alimentação e transporte de atividades
562 realizadas fora do Estado de SP, com padrões distintos para atividades
563 realizadas dentro do país, atividades realizadas fora do país e atividades
564 realizadas por funcionários, segundo a resolução deste Regional, e custeio de
565 alimentação e transporte de atividades realizadas fora do município de
566 residência, segundo a resolução do Conselho Federal de Psicologia. Informa
567 também as divergências em relação à autorização para realização de atividades
568 fora do município de residência, para a qual a resolução regional é omissa e a
569 resolução do CFP indica que todas as atividades devem ser autorizadas pelo
570 presidente ou pelo tesoureiro e que as atividades com duração superior a 03
571 (três) dias dependem de autorização da diretoria. Em relação à utilização de
572 veículo próprio para deslocamento, a resolução do CRP SP diz que haverá
573 custeio por quilômetro rodado e não há parâmetro para a utilização e a



574 resolução do CFP que haverá custeio por quilômetro rodado, mas deve haver
575 avaliação de conveniência da utilização deste meio de transporte. O conselheiro
576 tesoureiro apresenta, então, o diagnóstico situacional sobre as Ajudas de custo,
577 diárias, jetons e deslocamentos em 2015 e 2016 enfatizando o valor total gasto
578 com ajudas de custo, diárias, jetons e quilometragem (2015: R\$ 1.191.983,00; e,
579 até 10/10/16: 1.331.118,00); o total de atividades e custo médio por atividade,
580 informando que em média, o custo com ajudas de
581 custo/diárias/jetons/deslocamento de cada atividade subiu 10% em 2016.
582 Destacou também que há uma grande diferença entre o menor custo médio e o
583 maior custo médio por atividade. E sinaliza a importância da regionalização das
584 ações em razão do maior custo decorrente de deslocamentos. Apresenta o
585 comparativo entre de médio por atividade nos anos de 2015 e 2016– por
586 subsedes. Em relação à distribuição do custo por tipo em 2016, informa que:
587 Ajudas de Custo – 52%; Quilometragem – 20%; Jetons - 8%; Diárias - 6%;
588 Plenárias - 6%; e, Outras - 4%. Apresenta ainda os custos com quilometragem
589 em 2015 e 2016; a comparação do custo entre os meios de transporte
590 (quilometragem, ônibus e avião) por Subsede (cotação realizada em
591 outubro/2016, com antecedência de quatro meses); e, a projeção de economia
592 com uso de transporte mais barato, salientando que o uso exclusivo de ônibus,
593 no lugar de custeio de quilometragem (utilização de veículo próprio), em 2016,
594 teria representado uma economia de 78%. Exemplifica, então, a possibilidade de
595 economia através do Fórum de Gestores Ampliado de 14 e 15 de outubro de
596 2016: foram destacadas a quantidade de participantes por região, a
597 caracterização dos custos do evento (por tipo de despesa e custo, qual seja:
598 Ajudas de Custo - R\$ 23.182,00; Deslocamentos - R\$ 26.250,15; Hospedagem -
599 R\$ 18.815,00, totalizando R\$ 68.247,15). A partir dos Relatórios de Atividades
600 preenchidos por ocasião do Fórum de Gestores de 14 e 15/10/16, exibiram-se
601 alternativas de meio de transporte envolvendo carro sem km, carro com km,
602 carro com km (trecho local), carona, ônibus, transporte público, avião, táxi e sem
603 informação ou informação incompreensível. Igualmente apresentou-se o custo
604 de deslocamento por subsede/região. Nesse momento, o conselheiro tesoureiro
605 apresentou alternativas para o deslocamento por Subsede, com estratégias, tais
606 como, utilização somente ônibus e melhor aproveitamento dos veículos
607 utilizados, visando a economicidade, indicando quais seriam os índices de
608 economia para cada caso. Assim, o custo total de deslocamento no Fórum de
609 Gestores foi de R\$ 26.250,15 (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais e



610 quinze centavos); o custo projetado com uso exclusivo de ônibus é de R\$
611 7.940,96 (sete mil, novecentos e quarenta reais e noventa e seis centavos) e
612 custo projetado com melhor aproveitamento dos veículos é de R\$ 14.248,28
613 (quatorze mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos).
614 Apresenta então algumas propostas para a revisão da Resolução CRP-06 nº
615 01/2002: (a) Ajustar os conceitos de ajudas de custo e de diária, de acordo com
616 a resolução do CFP; (b) suprimir a diferenciação de padrão de ajuda de
617 custo/diária em decorrência de distância e estabelecer a meia ajuda de custo
618 para atividades curtas; (c) estabelecer critério que exija a avaliação de
619 conveniência da utilização de cada meio de deslocamento a partir da
620 consideração simultânea de aspectos como conforto, tempo de deslocamento e
621 custo; (d) estabelecer limite máximo de quilometragem em que não se exige
622 aprovação prévia para uso de carro próprio, a exemplo de outros órgãos públicos
623 e autarquias (proposta de 200 km); (e) revisão ou congelamento de valores de
624 ajudas de custo/diárias e reembolso por km; (f) normatizar outros dispositivos, a
625 exemplo de convênios. Considerações do Plenário: 1) Avalia-se de forma
626 positiva a apresentação dos dados que possibilitam análise dos custos. 2)
627 Aponta-se a necessidade de que seja considerada nas próximas avaliações
628 apenas os membros da Comissão Gestora, pois, como as alternativas
629 apresentadas levam em conta também outras/os conselheiras/os que fazem
630 parte, residem ou trabalham na região de uma Subsede, mas há dificuldade na
631 comunicação com essas/es para que seja possível aplicar a alternativa do
632 melhor uso dos veículos. Assim, considerando apenas a Comissão Gestora, é
633 possível discutir e colocar em prática essa solução. 3) Julga-se fundamental o
634 princípio da razoabilidade, mas, entendendo que se trata de autarquia. Porém,
635 enquanto profissionais, nem sempre é possível aos membros do plenário e de
636 comissões gestoras conciliar os horários para deslocamento para participação
637 nas ações do CRP. Pontua-se então que é preciso compreender o
638 funcionamento da vida das pessoas, pois se trata de profissionais
639 conselheiras/os, profissionais militantes e não de militantes profissionais. 4)
640 Compreende-se importante a apresentação dos dados, indicando-se a
641 necessidade de preparar as/os funcionárias/os deste Conselho para esse
642 exercício, de levantamento dos dados a fim de utilizar a alternativa menos
643 onerosa. 5) Pondera-se que esse início de gestão pode ser utilizado para
644 realizar esses combinados de participação em atividades, especialmente nas
645 ordinárias e indica-se que quando todas/os estiverem mais treinadas/os com



646 relação às fiscalizações e oitivas, o deslocamento para outras regiões será
647 diminuído. 6) Coloca-se que um dos papéis da Comissão de Auditoria e Controle
648 Interno é salvaguardar os ativos do CRP e o exposto pelo conselheiro tesoureiro
649 está dentro dessa proposta. Concorda-se com esta direção visando a
650 economicidade e entende-se que por definição e essência essa seria uma
651 atribuição da Comissão, que ainda não tem a ação organizada e regularizada
652 para fazer. Soma-se apoio da referida Comissão ao trabalho da tesouraria.
653 Vinícius Cesca de Lima considera uma boa opção esse trabalho conjunto da
654 tesouraria com a Comissão de Auditoria e Controle Interno. Assim, indica que
655 devem estar alinhadas para esse trabalho, para pensar em metodologia de
656 análise permanente. Explica que ao analisar os dados procurou-se não
657 individualizar a questão e, por isso, foi calculado o custo por atividade. Registra
658 que o que fica claro que encarece as atividades é o uso de carro próprio para
659 deslocamentos longos, há, portanto, um gargalo nessa questão. Esclarece,
660 ainda, que fez a análise a partir das projeções e seu entendimento é que é
661 possível reduzir os custos através de práticas mais econômicas, sem que haja
662 prejuízo de participação e qualidade de vida das pessoas. Ressalta ainda que ao
663 se preencher o formulário “*Relatório de Atividades*”, ele pode optar por assinalar
664 “não gera pagamento”, mas deve preencher para que se tenha no histórico esse
665 registro. Indica, ainda, que é fundamental que seja feito o preenchimento correto,
666 e pontua que mesmo que o deslocamento tenha sido feito de carro, é possível
667 colocar que não é para reembolso de quilometragem, mas que a informação da
668 forma de deslocamento deve estar preenchida. **Encaminhamento:** O plenário
669 acatou que se prossiga o trabalho da Tesouraria em conjunto com a Comissão
670 de Auditoria e Controle Interno em favor das propostas para a revisão da
671 Resolução CRP-06 nº 01/2002. Ficam registradas também as orientações para o
672 preenchimento adequado do *Relatório de Atividades*, bem como sinalizada a
673 importância do correto preenchimento. **VI) CALENDÁRIO DE REUNIÕES**
674 **PLENÁRIAS, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E FÓRUM DE GESTORES –**
675 Camila Teodoro Godinho informa que já havia sido encaminhado, por e-mail, a
676 proposta de calendário de 2016 de reuniões do XV Plenário (Gestão 2013-2016).
677 Mas que é necessária a homologação do plenário quanto às datas propostas.
678 Lembra-se que a proposta é que para as plenárias éticas o quórum seja de, no
679 mínimo, de 9 conselheiras/os e, no máximo, 15 conselheiras/os.
680 **Encaminhamento:** O plenário acorda com a proposta apresentada pela
681 Diretoria e, assim, é aprovado o calendário da seguinte forma: Novembro:



682 Plenárias Éticas – Dia 11 (sexta-feira), nos períodos da manhã e da tarde;
683 Plenária de Julgamento Ético – dia 11 (sexta-feira), à noite; Plenária Ordinária –
684 dia 12 (sábado), das 9h às 17h; Planejamento Estratégico - dias 25, 26 e 27
685 (sexta-feira a domingo). Dezembro: Plenárias Éticas – dia 09 (sexta-feira),
686 períodos da manhã e tarde; Plenária de Julgamento Ético – dia 09 (sexta-feira),
687 à noite; Plenária Ordinária – dia 10 (sábado), das 09h às 17h. **VII)**
688 **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** - O conselheiro tesoureiro Vinicius Cesca de
689 Lima descreve as propostas de metodologia e cronograma para a realização do
690 Planejamento Estratégico do CRP SP, que visa garantir que o planejamento
691 tenha, de fato, caráter estratégico, o que, ao longo dos anos, não se tem
692 conseguido implantar. A intenção é que o planejamento tenha caráter
693 politicamente estratégico. Nessa perspectiva, o Planejamento deve ser trienal, já
694 considerando os três anos de gestão. Reforça que deve ser um planejamento
695 para todo o período de gestão, assim, deve ser sucinto e indicar com clareza
696 qual a intenção política da gestão, ou seja, aquilo que se espera entregar/ter
697 realizado ao final da gestão, em setembro de 2019. Deve também mostrar os
698 objetivos e metas estratégicas de gestão. Explica que o planejamento será feito
699 de forma trienal, mas que a cada ano desdobrará em um plano de ação por
700 parte de cada unidade responsável pela execução dessas ações, como
701 comissões, grupos temáticos e subsedes. Neste ano será construído o
702 planejamento trienal e no próximo ano será feito o Plano de Ação de 2018 e
703 possível readequação do PE trienal. Assim, seria aberta a possibilidade de
704 revisão a cada ano, junto com a construção do plano de ação do ano seguinte.
705 Fazendo a analogia de que o CRP teria uma espécie de PPA – Plano Plurianual
706 para 3 anos, que a cada ano se desdobra em plano de ação específico que faz
707 referência ao PE. Pontua que a vantagem desse método de construção do
708 planejamento é que este indicaria o caminho a ser trilhado e simplificará a
709 administração do CRP, pois, atualmente, a cada ano é reavaliada toda a
710 estrutura contábil e toda a máquina tem que se apropriar da estrutura de
711 objetivos e metas, sendo que com a metodologia proposta haverá um
712 instrumento que estabelece a estrutura de objetivos de metas, inclusive contábil
713 para os próximos 3 (três) anos. Assim, sua proposta é que seja realizado em 4
714 (quatro) etapas, quais sejam: (1) Consulta Pública – Realizar a consulta pública
715 como mecanismo participativo, que deverá ser iniciando na próxima segunda-
716 feira, dia 24 de outubro de 2016 e ser encerrando em meados de novembro.
717 Seria feita através de formulário disponibilizado no site do CRP. O objetivo da



718 consulta, que seria realizada de forma inédita, é democratizar e ampliar a
719 participação no processo de planejamento. As diretrizes do processo são
720 aquelas aprovadas no 9º. Congresso Regional da Psicologia de São Paulo, que
721 poderão ser conferidas acessando o *link* que será disponibilizado. A partir destas
722 diretrizes, psicólogas/os, estudantes de psicologia, pessoas usuárias dos
723 serviços, movimentos sociais e outros poderão propor formas de operacionalizar
724 cada diretriz ao longo dos três anos de gestão. A preocupação nesta etapa é
725 que esse processo não substitua as deliberações do Congresso, assim já
726 constará no formulário as diretrizes e aqueles que forem preenchê-lo poderão
727 indicar as formas como seria possível operacionalizá-las. (2) Atividades
728 descentralizadas de planejamento – A sugestão é que o Planejamento
729 Estratégico seja iniciado de forma descentralizada (etapas 1 e 2), depois se
730 centralize (etapa 3) e volte a se descentralizar na quarta etapa. Seriam
731 construídas atividades abertas de planejamento para pensar ações de
732 planejamento que dizem respeito àquela unidade (subsedes, Comissão de Ética,
733 Comissão de Orientação e Fiscalização, Comissão de Direitos Humanos,
734 Comissão de Políticas Públicas). Esta etapa seria realizada no período de 03 a
735 18 de novembro. Dessa forma, se aprovada a propositura, uma das tarefas seria
736 que cada unidade do CRP construa uma atividade de planejamento. Informa que
737 está sendo feita a reorganização do material do COREP pensando as ações,
738 princípios e posicionamentos, inclusive de temas que o COREP não deliberou a
739 discussão, como, por exemplo, a contrariedade à medicalização, posicionamento
740 favorável às políticas de redução de danos, para as quais não serão somente
741 abertos os debates, mas sim efetivados. Esta metodologia de se realizar
742 atividades abertas é realizada conforme propõe Carlos Matus para a gestão
743 pública. (3) Planejamento Estratégico – Que será realizada em 25 a 27 de
744 novembro, e será a ocasião em que se realizará a construção do instrumento
745 trienal, avançando, na medida do possível, o Plano de Ação de 2017. Apresenta
746 a proposta de que, para este momento, participem conselheiras/os, mais um
747 representante de cada comissão permanente (gestora e temática) que não seja
748 conselheira/o e um representante de cada departamento do CRP SP, para que
749 haja a participação do corpo de trabalhadores no processo do PE, não sendo,
750 assim, somente executores deste planejamento. Defende que não se trata de
751 cerceamento da participação, mas de prever o papel ativo central de todos estes
752 coletivos. (4) Finalização dos Planos de Ação – Após a realização do PE,
753 deverão ser finalizados os Planos de Ação, entre os dias 25 de novembro e 15



754 de dezembro. O que foi desenvolvido durante o PE seria encaminhado para que
755 cada comissão permanente, à luz do que está no PE, finalize seu plano de ação
756 para 2017, de forma descentralizada, pensando inclusive nas diretrizes do
757 COREP, adotando o caráter sub-regional do planejamento. Considerações do
758 Plenário: 1) Considera-se interessante a apresentação da metodologia e do
759 calendário, mas há discordância quanto à proposição de não participação de
760 todas/os as/os membros da comissão gestora no PE, visto que este foi o grupo
761 escolhido para trabalhar de forma descentralizada. 2) Informa-se que a primeira
762 reunião da Comissão de Direitos Humanos - CDH será somente em 03 de
763 novembro, portanto, é difícil a realização da atividade descentralizada. 3)
764 Explica-se, a respeito dos prazos, que para execução dos trabalhos da
765 Comissão de Comunicação, há prazo de um mês por conta do impacto para a
766 divulgação. Assim, consulta-se sobre o instrumental do PE, qual matriz será
767 utilizada (eixo, macro, ações, metas e responsáveis) e como será o formulário
768 para a consulta pública à população, indicando-se que é possível que se forem
769 utilizados outros mecanismos, mais simples, facilitaria a participação das
770 pessoas para contribuírem. 5) Informa-se que na Comissão de Políticas Públicas
771 – CPP também está em pauta a preocupação com descentralização e
772 regionalização dessa Comissão. 6) Há dúvida quanto à factibilidade dos prazos
773 postos, bem como do novo formato de participação das Comissões Gestoras. 7)
774 Questiona-se sobre a questão da não discussão da organização temática do
775 plenário, pois as/os colaboradoras/es dos extintos núcleos também eram
776 atuantes e participantes do CRP. 8) Sabe-se que há uma série de questões
777 necessárias de discussão, como a reconstituição ou não dos núcleos, mas a
778 opção feita foi pelos pontos prioritários, de modo que as ações possam ser
779 iniciadas, assim, constituíram-se as comissões permanentes, verificou-se o
780 orçamento e foi pensado no formato para o Planejamento Estratégico. Vinicius
781 Cesca de Lima explica que já foi iniciada a conversa com a Comunicação, que
782 aguarda somente a decisão da plenária. Pede que a discussão sobre o processo
783 não seja discutido neste momento, que fique em suspenso. Mas que durante as
784 atividades descentralizadas possam padronizar a forma de execução da
785 metodologia. Portanto, não pensar a metodologia do PE em si, mas essa etapa
786 de atividades. Indica que poderia encaminhar um e-mail de orientação para
787 todas/os e marcar uma reunião para tentar fechar a metodologia de forma
788 alinhada. Reforça a proposta de calendário, que é da consulta pública iniciada
789 na segunda-feira e estendendo-se até pouco antes do dia 18 de novembro,



790 assim, fechando as duas primeiras etapas juntas. As atividades descentralizadas
791 pelas Comissões Gestoras e Comissões Permanentes de 03 a 18 de novembro;
792 o PE de 25 a 27 de novembro; e a construção do Plano de Ação 2017 de 25 de
793 novembro a 15 de dezembro, sendo que será iniciado no Planejamento
794 Estratégico. Relata que há questões de ordem administrativa na viabilização do
795 espaço e na alimentação para o Planejamento Estratégico, que dependem da
796 quantidade de pessoas que irão participar. Camila Teodoro Godinho, conselheira
797 secretária, pede que antes de deliberarem, que voltem na questão sobre ainda
798 não se ter a organização do plenário quanto aos grupos temáticos, mas se
799 tratam de áreas que o CRP tem historicamente inserção de representatividade.
800 Assim, o plenário possui funções ordinárias, mas as/os membros dominam
801 diversas áreas e temáticas, portanto, esse pequeno período de tempo em que
802 não haverá esses grupos organizados não preocupa. Quando ocorre de não
803 haver representatividade no plenário do campo em discussão, consultam-se
804 as/os colaboradoras/es e, caso ainda assim não exista a representatividade, não
805 participamos da atividade, é assim que tem sido feito, por enquanto, o que tem
806 ocorrido pouco. Questiona se o fato de ocorrer fase do PE anteriormente nas
807 subsedes já não garantiria a representatividade e, assim, não haveria a
808 necessidade de que todas/os as pessoas das comissões gestoras participarem
809 do PE. Foi dessa forma que foi pensado, de realizar o PE preliminarmente nas
810 subsedes, garantindo uma participação legítima no processo, mas considerando
811 a questão da economicidade, trazer duas/dois representantes pode ser uma
812 proposta adequada. Novas considerações do plenário: 1) Relata-se que embora
813 o desenho do planejamento ser bom, há uma questão que é a apropriação por
814 parte das/os gestoras/es dos processos do Conselho, e a vivência é de
815 fundamental importância. Assim, os momentos dessa experiência, que são o
816 Planejamento Estratégico e o Fórum de Gestores são fundamentais para os
817 próximos três anos. Assim, entende-se que a participação de apenas duas
818 pessoas das CGs não representarão todo o grupo. Ressalta-se ainda que a
819 avaliação da gestão anterior é de que os gestores careciam de bastantes
820 informações até para o entendimento de muitos processos, para realização das
821 ações ordinárias. O plenário tem essas mais oportunidades de vivências na
822 sede, o que facilita. Dessa forma, defende-se que a questão de economicidade
823 não deve ser o fator a definir a forma de participação das comissões gestoras,
824 tendo em vista que por mais que as propostas levantadas nas subsedes sejam
825 trazidas ao PE, a defesa das mesmas será prejudicada. Considera-se também



826 que a não participação de todas/os neste momento, não trazendo
827 empoderamento de outras figuras no processo de trabalho, pode prejudicar o
828 andamento das ações ao longo do tempo. 2) Pondera-se que é possível que se
829 consiga transversalizar algumas pautas que historicamente vem sendo
830 fragmentadas, citando que há espaço para discussão da reforma do ensino
831 médio tanto do CREPOP e CPP, quanto na Comissão de Direitos Humanos e na
832 discussão sobre a medicalização. 3) Defende-se que sejam chamadas/os para o
833 PE todas/os membros das comissões gestora das subsedes, considerando as
834 relações de trabalho que se dão nas subsedes e que são quem ajudará a tocar
835 as ações planejadas, que é no mesmo sentido do porque os trabalhadores
836 também devem estar junto. 4) Apresenta-se dúvida sobre os eventos abertos
837 que serão realizados, preocupando-se também com o prazo e como será feita a
838 ponte entre o coletado na consulta pública e nesse momento. Preocupa ainda
839 como se conseguirá ampla participação na atividade com tão pouco prazo. 5)
840 Sugere-se que o PE seja aberto, mas não se coloque exigência de participação
841 e comunicar que haverá a etapa regional, mediando assim as duas propostas
842 apresentadas até o momento. Reforça-se que no Fórum de Gestores é feito o
843 oposto, ressalta-se a importância da presença de todas/os. 6) Sugere-se ainda
844 que sejam convidadas/os para os eventos que serão realizados os antigos
845 membros dos grupos temáticos (núcleos, comissões e GTs) da gestão passada,
846 para que possam trazer propostas à luz da experiência que já tiveram e realizar
847 convite mais direcionado para aquela/e que foi a/o coordenadora/or desse grupo.
848 Regiane Aparecida Piva coloca-se a disposição para auxiliar na organização, se
849 for feito dessa forma. O conselheiro tesoureiro comenta sobre a questão da
850 participação que, na linha da última sugestão, o prazo já está estourado para as
851 questões administrativas de organização do evento e, assim, não se pode ter
852 incerteza quanto à quantidade de participantes, o que já deveria ter sido
853 encaminhado, já estando atrasada a negociação com o hotel por conta disso.
854 Pondera que não considera que descentralizar é trazer as pessoas para o centro
855 e também não considera que o PE seja um momento formativo, nem de
856 alinhamento. Pontua que há outros momentos para alinhar sede e subsedes,
857 citando o Fórum de Gestores, o processo do Congresso Nacional da Psicologia
858 (CNP), que é aberto e participativo, mas que a defesa da gestão é que ele tenha
859 a lógica de representação: as pessoas participam na base e elegem
860 representações para as etapas seguintes. Não é possível realizar um CNP com
861 250 mil psicólogas/os. A sua proposta segue a mesma lógica: a importância da



862 descentralização é a participação na base e não no centro. Não se enquadraria
863 somente às comissões gestoras, se for considerar essa ideia, deveriam ser
864 trazidas/os todas/os as/os colaboradoras/es de COE, COF, CPP, CDH. Também
865 não seriam chamados apenas representantes de cada setor, mas todos os
866 funcionários. Seria realizado um evento enorme, como uma espécie de
867 assembleia do CRP SP. Em outro momento o CRP já chegou a ter cerca de 500
868 colaboradoras/es. A proposta valoriza a participação na base, da forma como
869 entende ser, de fato, descentralizado. A ideia é valorizar uma estrutura onde
870 todos participem, não só a estrutura de gestão, realizando a atividade de forma
871 aberta. Explica também que a ideia das atividades abertas não é na perspectiva
872 de grandes eventos, mas de serem eventos em que outras pessoas também
873 possam contribuir. Pontua também que o instrumento de consulta pública não é
874 o melhor, mas foi o possível de ser feito, com o tempo e ferramentas disponíveis
875 no momento, mas é algo que deve ser aprimorado em outro momento. Também
876 que caso as comissões não consigam fazer as atividades abertas, que as
877 comissões gestoras possam fazer, trazendo as discussões sobre políticas
878 públicas, gênero, direitos humanos, ética, orientação e fiscalização. Entende que
879 a lógica que era adotada pelo CRP era distorcida, pois pensava em agregar
880 muitos colaboradores da região, como se fosse necessário sempre centralizar, e
881 não pensar no trabalho dos próprios coletivos em cada região. O conselheiro
882 presidente, Aristeu Bertelli da Silva questiona se já o plenário está esclarecido e
883 se há consenso, se não houver, seguirão para votação das propostas. Das
884 propostas: (1ª) Realizar o planejamento em 04 etapas sendo, que a etapa 03
885 contaria com a participação somente de dois representantes dos membros das
886 comissões gestoras e comissões permanentes. (2ª) Mantem-se a proposta de 04
887 etapas, mas a etapa 03 seria aberta para todas/os membros das comissões
888 gestoras. Esclarecimentos: compreende-se que a proposta de conciliar as duas
889 propostas é interessante, desde que seja possível convidar todas/os membros
890 das comissões gestoras. Vinicius Cesca de Lima questiona se na 2ª proposta
891 seriam chamados todas/os membros das comissões gestoras e permanentes ou
892 somente aqueles das comissões gestoras. Não entende a razão de diferenciar
893 uma comissão da outra, assim, solicita esclarecimento. Explica-se que não seria
894 o mesmo caso, pois a COE, por exemplo, está com muitos membros devido à
895 descentralização, as/os conselheiras/os dão conta da atividade, no entanto, as
896 comissões gestoras tem atribuições semelhantes a de conselheiras/os, em suas
897 regiões, explicando-se que na sede as ações são realizadas pelas



898 conselheiras/os da região metropolitana, então, nas subsedes há esse
899 protagonismo das CGs. Indica-se ainda que na primeira reunião de comissão
900 gestora após a realização da plenária, são repassados todos os pontos de pauta
901 discutidos, pois essas pessoas também são responsáveis pela gestão. Assim, a
902 2ª proposta seria de manter dois representantes de comissões permanentes e
903 ampliar para todas/os membros de comissão gestora. Defesa da 1ª proposta: A
904 defesa da metodologia proposta é de que se tenha intensa e ampla participação
905 na base, de forma descentralizada. Há uma dificuldade inerente a um processo
906 de planejamento, que não é um processo formativo, nem de apropriação ou
907 deliberativo. Não serão trazidas teses para deliberação, mas sim subsídios de
908 planejamento das regiões, para produzir sínteses a partir do que é entendido
909 para o produto que se quer, não é um processo de disputa entre propostas. Vem
910 sendo trabalhado numa lógica de descentralização que é para a garantia de
911 autonomia dos processos, de pensar a lógica do território. É momento de alinhar
912 as estratégias, quando se entende que haverá a compreensão de que a etapa
913 de atividades descentralizadas é fundamental. Segue a mesma lógica do CNP e
914 da APAF. Depois do PE, a síntese da estratégia adotada voltará às regiões, para
915 que possam construir o Plano de Ação das regiões. Reforça a necessidade de
916 construção de um plano enxuto, para garantir celeridade. Defesa da 2ª proposta:
917 É importante ter em vista que a realidade das/os conselheiras/os é bem diferente
918 da realidade das comissões gestoras. Concorda-se com parte do que é trazido
919 pelo tesoureiro. Entende que para quem nunca participou de comissão gestora
920 do interior, pode ser difícil conseguir ver essas questões, mas há uma dificuldade
921 inclusive em como se selecionar aqueles que participariam do PE, assim,
922 compreende-se até respeitoso que as pessoas possam participar desse
923 momento. Embora se diga que não é um momento formativo, foi realizado na
924 última semana um Fórum de Gestores que não foi participativo, as pessoas
925 vieram apenas para ouvir. Não há conhecimento da metodologia, ainda, assim,
926 deve-se, ao menos, garantir a presença das pessoas para que possam contribuir
927 com o processo. Aberto para votação do plenário. **Encaminhamento:** Em
928 votação, a 1ª proposta recebe 02 (dois) votos; a 2ª recebe 19 (dezenove) e
929 registram-se ainda 03 (três) abstenções. Foram contabilizados os votos e, assim,
930 aprovada a proposta de número 02 que referenda a participação de todas/os
931 as/os representantes da comissão gestora (5), com abertura de convite, além de
932 02 (dois) membros não conselheiras/os de comissões permanentes. **VIII)**
933 **COMUNICAÇÃO** - Evelyn Sayeg, coordenadora da Comissão de Comunicação,



934 comenta que circulará pelo plenário a lista de temas para que cada conselheira/o
935 indique aqueles com os quais tem mais afinidade, a fim de auxiliar a
936 Comunicação na identificação de possíveis fontes. Comenta que o Relatório de
937 Gestão 2013/2016 entende que ampliar os mecanismos de comunicação com a
938 categoria e com a sociedade é uma forma de democratização do Sistema
939 Conselhos e, além disso, considerando as deliberações gerais do 9º COREP de
940 manter e ampliar formas de comunicação, aprimorando os canais de
941 comunicação entre o CRP SP à sociedade e à categoria, objetiva-se com essa
942 apresentação organizar as demandas, pactuando-as no plenário e padronizar
943 estratégias de comunicação interna e externa. Assim, apresenta a equipe de
944 Comunicação do CRP SP: Adolfo Benevenuto, webmaster, responsável pelo site
945 e vídeo; Paulo Cantinho, analista contratado através da empresa Ideorama,
946 responsável pelas Redes Sociais; Micael Melchiades, designer gráfico,
947 responsável pelas artes gráficas, e que, às vezes, também faz as transmissões
948 *online*; Paulo Mota, designer gráfico, responsável pelas artes gráficas; Rodolfo
949 Morandi, web júnior, responsável pelo site e vídeo transmissão; Rogério
950 Fagundes, estagiário, que deve sair no final do ano devido à sua formatura, que
951 realiza todos os procedimentos; e, Tersandro Vilela, coordenador contratado
952 através da empresa Ideorama, responsável por assessoria de imprensa, cuida
953 também das redes sociais, faz um pouco de arte, já chegou a fazer transmissão
954 e faz edição de texto. Conta que o contrato com a empresa Ideorama já foi
955 prorrogado algumas vezes e se encerrará em novembro sendo, portanto,
956 necessária decisão pertinente à questão, pois o setor ficaria com dois
957 trabalhadores a menos sem esse contrato. Seria necessária a contratação de um
958 coordenador para que faça a interface com os grupos temáticos. Bruna Falleiros,
959 membro da Comissão, ressalta que é importante que se tenha em vista a
960 quantidade de funcionários que trabalham hoje no setor, a dimensão das
961 demandas que são repassadas para eles e o fluxo de encaminhamento,
962 inclusive de quantas pessoas realizam as solicitações. Por isso, a apresentação
963 visa trazer essas informações. Evelyn destaca quem são os demandantes da
964 Comunicação: Diretoria, que encaminha pedidos de divulgação, ou de produção,
965 planejamentos de eventos; o plenário; os funcionários, com temas como projetos
966 de lei; as subsedes e a imprensa. Bruna, então, traz os produtos produzidos no
967 setor: Impressos: De ordem administrativa há a impressão de mala direta, que
968 são contratadas por terceiros e não é necessariamente um produto do CRP; há o
969 “Boletim”, que é o folder semestral, utilizado para divulgação de agenda de



970 eventos e de produções; “Informativos”, que não têm periodicidade, são
971 produzidos sob demanda e trazem algum tema solicitado por algum grupo
972 temático; “Jornal Psi”, que traz debates sobre temas diversos, que o plenário
973 deve ter mais conhecimento, pois recebe em casa, e não é feito pelos
974 funcionários do departamento, mas por jornalista contratada/o, apenas algumas
975 partes contam com o auxílio dos funcionários. Evelyn ressalta que o contrato
976 com a jornalista que está responsável pelo Jornal Psi também está se
977 encerrando. O próximo Jornal é o ultimo que será feito conforme o contrato com
978 essa jornalista. Há diversos trâmites burocráticos que envolvem a renovação ou
979 a abertura de nova licitação e, assim, devem ser encaminhados em breve, para
980 que o CRP dê conta de ter garantidas as 4 edições do jornal durante o próximo
981 ano. Traz também as Informações eletrônicas: “Boletins”, que trazem notícias,
982 questões éticas e agenda de eventos trimestral ou quadrimestral, da sede e
983 subsedes, é enviado por e-mail, sendo que a periodicidade deve ser quinzenal;
984 “Informativos/Anote na Agenda”, são encaminhados por e-mail, sob demanda,
985 para assuntos específicos (são feitos apenas sobre um tema); “Site do CRP SP”,
986 que reúne as informações de tudo que vai sendo feito pelo CRP SP, como notas,
987 boletins e traz o que é fundamental para o CRP, como processos de COE e
988 COF, da administração, legislação, transparência, e outros assuntos, as ações
989 políticas. “CRP WEB TV”, indicando que a ideia é que se otimize o canal do
990 *Youtube* e se comece a trazer mais conteúdo para esse canal, não ficando mais
991 tão restrito às transmissões *online*, que continuarão acontecendo, mas com os
992 equipamentos que o CRP dispõe torna-se um trâmite muito trabalhoso e que
993 rende muito pouco. A realidade é de gravação de muitas horas de um evento,
994 que depois é transposto ao *Youtube*, porque pelo equipamento disponível no
995 CRP isso não é feito automaticamente e, após, constata-se que gera pouco
996 engajamento dentro dessa rede, com poucas visualizações. Assim, a Comissão
997 está pensando sobre isso e em meios de melhorar essa transmissão e esse
998 mecanismo, mas também pensar nas estratégias da gravação, como o de fazer
999 a transmissão *online*, mas colocar somente um vídeo já editado no *Youtube*. “TV
1000 Diversidade”, em parceria com a TV PUC, que são os programas que discutem a
1001 profissão, trazem informações sobre os fazeres e saberes da Psicologia e
1002 debates de assuntos importantes e polêmicos. Conta, no entanto, que ainda não
1003 houve contato com a TV PUC deste o início da atual gestão. “Redes Sociais”,
1004 onde são feitas atualizações, interações e acompanhamento das
1005 interações/divulgações, são elas: *Facebook*, *Youtube*, *Instagram* e *Twitter*. Sobre



1006 as redes sociais, pensam em algumas estratégias de publicações e interações
1007 acompanhando o engajamento que a categoria e a sociedade têm com essas
1008 redes diante das divulgações do CRP. Ressalta que são redes diferentes com
1009 finalidades diferentes. É preciso fazer uma análise disso, pois o CRP tem como
1010 método direcionar todo o conteúdo para o *Facebook*, mas outras redes podem
1011 atingir a categoria de forma mais contundente, como o *Twitter*, que é uma rede
1012 que aceita e sustenta muito mais engajamento político, do que o *Facebook*, mas
1013 há a limitação de caracteres, mas que pode divulgar *link* que direcione ao
1014 *Facebook*, ao *Youtube* ou ao site do CRP, por exemplo. É necessário adaptar a
1015 linguagem do CRP para as redes sociais e para aquilo que queremos alcançar
1016 com essas redes, que é algo que os funcionários da comunicação sempre
1017 trazem. Bruna Falleiros completa que é importante confiar nessas pessoas que
1018 tem mais conhecimento sobre como comunicar e solicitar delas a produção que
1019 o plenário deseja, mas permitir que elas interfiram nesse material, pois a gestão
1020 produz conteúdo para a comunicação pelo seu lugar de saber, mas a
1021 comunicação também tem um saber específico e é importante utiliza-lo para
1022 acessar mais pessoas, tanto categoria como usuários, e da forma como está
1023 sendo feito, não se tem conseguido atingir esse objetivo. Ressalta-se que
1024 nesses processos é importante que a diretriz política seja garantida. Evelyn
1025 informa que o Manual de Orientações para a Comunicação Institucional do CRP
1026 SP poderá ser encaminhado ao plenário por e-mail. A respeito dos prazos e
1027 processos de trabalho, para eventos em geral, ressalta a importância de que
1028 sejam dadas as informações detalhadas através do preenchimento completo do
1029 formulário de eventos, que é importante tanto para o setor de eventos como de
1030 comunicação. Assim, esse deve ser encaminhado para os dois setores. Salienta
1031 que cada setor do Conselho tem um sistema de comunicação diferente e que
1032 não se conversa, dessa forma, é necessário criar uma estratégia para que esse
1033 sistema seja integrado. Assinala que as demandas chegam todas ao mesmo
1034 tempo, uma vez que muitas são aprovadas em reunião de Diretoria, sendo que
1035 se tratam diversas vezes de demandas que foram encaminhadas de última hora,
1036 o que afeta diretamente os processos de trabalho dos funcionários. Assim, foi
1037 pensado em um método e um processo de trabalho saudável, para não
1038 sobrecarregar nossos funcionários e, ao mesmo tempo, não sobrecarregar
1039 nossas redes sociais. Bruna Falleiros comenta, sobre a dinâmica das
1040 solicitações das subsedes, que é importante porque há necessidade de
1041 alinhamento na identidade visual e as subsedes, algumas vezes, produzem



1042 algumas artes, o que, em princípio é um desvio de função, pois não é função de
1043 assistente de administração e, por outro lado, não dialoga com a linguagem
1044 visual institucional. Importante adquirir esse hábito nas subsedes de quando
1045 houver necessidade de produção visual, seja para boletins, seja para eventos,
1046 que se encaminhe a solicitação para a equipe de comunicação, respeitando,
1047 porém, os prazos necessários. Portanto, é necessário que os eventos em
1048 subsedes sejam planejados com mais antecedência, para que haja tempo hábil
1049 para produção das artes. Evelyn completa informando que estão pensando
1050 também em verificar quais são as necessidades das subsedes para que
1051 produzam materiais de melhor qualidade como, por exemplo, fotos: se é o
1052 equipamento ou algum curso. Então, solicita que se identifique nas subsedes
1053 quais são as demandas que têm em relação à comunicação, trazendo esse
1054 diagnóstico à Comissão, para que isso seja considerado no planejamento. Bruna
1055 reforça que há partes do formulário de eventos que são importantes para a
1056 comunicação, que dizem respeito ao *briefing* da ideia inicial e central, pelo qual é
1057 possível desenvolver a arte; dizem respeito também às peças, como folder,
1058 boné, botons, camisetas, sacolas e que, dependendo da quantidade, necessitam
1059 de licitação, cujo prazo é muito maior. Comenta que o CRP trabalha com uma
1060 lógica de idealizar um evento e realizá-lo dentro de um prazo de 15 (quinze)
1061 dias, o que não é saudável para quem está envolvido com o evento, inclusive
1062 as/os próprias/os conselheiras/os e o evento também não repercute, se tornando
1063 esvaziado. Entende que essa também deve ser a lógica na hora de pensar um
1064 evento, não somente sobre os prazos para realização, mas também do alcance
1065 que possível de se ter. A respeito dos pólos de transmissão, muitos não
1066 contavam nem com a participação de conselheiras/os. Ou seja, houve gasto de
1067 dinheiro, pois é necessário que fique um funcionário acompanhando, e ninguém
1068 participou da atividade. A ideia do polo é que tenha uma/um debatedora/or
1069 competente sobre o assunto, que possa encaminhar um debate e não
1070 simplesmente assistir. Então, deve-se avaliar se esse sistema de transmissão é
1071 eficaz e, em sendo, que se garanta a presença de um debatedor. Evelyn
1072 comenta que há um grande número de produções de emergência e de urgência,
1073 que não estavam planejadas. Assim, a ideia é para que se siga um fluxo, para
1074 que seja possível o planejamento. Usualmente, o tempo que é dado para
1075 produção da arte é de 1 (um) dia, sendo que a produção em si demanda um
1076 tempo muito subjetivo, pode ser feita em 5 minutos ou demorar até dois dias. Já
1077 para campanhas estaduais, a ideia é que seja feita uma arte bonita, que chame



1078 a atenção, que será utilizada por muito tempo, assim, há muitos elementos a
1079 serem pensados, então, nesses casos, o prazo é cinco dias para elaboração da
1080 arte, por exemplo. Para outras publicações ordinárias é de um a dois dias. Além
1081 disso, há de se pensar no texto: não se pode fazer uma arte sem que haja um
1082 texto mínimo explicativo do que se deseja. O protocolo, já era estabelecido
1083 anteriormente, mas era raramente cumprido, e a meta nesta gestão é cumpri-lo.
1084 Para dar conta de todas as tarefas da comunicação é necessário o texto trazido
1085 pela/o conselheira/o, pois é o plenário quem define a política, e é fundamental
1086 que a arte produzida dialogue com a política. A mesma coisa vale para as
1087 publicações no site: para colocar eventos e textos no site, o tempo é
1088 praticamente o mesmo, de um a dois dias para o que é ordinário e até cinco dias
1089 para as campanhas estaduais. Há também a questão das mídias, que deverá ser
1090 verificada qual mídia melhor comunica aquilo que se quer publicar. Desse modo,
1091 informa que a comunicação começará a provocar o plenário nesse sentido,
1092 verificando, por exemplo, se é possível fazer um vídeo ou se é possível reduzir
1093 um texto. Lembra sobre o filtro que altera a foto de perfil do *Facebook*, que foi
1094 algo criado quanto à questão do analista de Recursos Humanos e que entende
1095 que trouxe mais engajamento. Bruna reforça que esse movimento partirá
1096 também da comunicação, pois, com base em todas as demandas recebidas,
1097 poderá avaliar qual a melhor estratégia para trabalhar com cada uma delas.
1098 Pede que haja compreensão por parte do plenário de possíveis destaques que
1099 podem ser dados à determinada demanda em detrimento de outras, mas que é
1100 uma análise baseada no cenário, nas demandas que podem partir da Diretoria,
1101 das demandas que podem ser encaminhadas pelo plenário e da dinâmica que a
1102 Comissão entende que terá mais efetividade para alcançar mais pessoas. Evelyn
1103 apresenta gráfico sobre o engajamento que a página do CRP no *Facebook* tem
1104 conseguido, destacando aquelas que seguem o novo projeto, não só de repudiar
1105 determinadas ações, mas trazer posicionamento e sendo mais propositivo.
1106 Ressalta também que mesmo comentários críticos ao CRP, fazem impulsionar a
1107 publicação, pois a mesma aparecerá para mais pessoas, assim, se conseguimos
1108 responder a essa crítica de forma efetiva, o saldo para o CRP acaba sendo
1109 somente positivo. Comenta que eventos no *Facebook* do CRP tem tido pouco
1110 alcance, assim, que pode ser mais interessante fazer uma publicação sobre o
1111 evento, que direcione para o site. Apresenta proposta para a elaboração de
1112 conteúdos, pontuando que textos e notas geralmente são produzidos por
1113 diferentes conselheiras/os e colaboradoras/es, mas é importante que se guiem



1114 pelos mesmos protocolos: Para *Facebook*, conteúdo mais sucinto e objetivo,
1115 com no máximo 600 caracteres. Já para o site, o conteúdo pode ser mais
1116 extenso. Bruna comenta que para que a publicação tenha uma boa repercussão
1117 é importante, antes de iniciar a produção do texto, usar como perguntas
1118 norteadoras: 'Como a Psicologia se relaciona com esse
1119 tema/problema/situação?'; 'Como o CRP SP se posiciona sobre isso?'; 'Que
1120 propostas e ações foram feitas ou podem ser desenvolvidas pelo CRP SP?'.
1121 Ressalta-se que os profissionais de comunicação podem auxiliar o plenário,
1122 sugerindo reestruturação de textos em linguagem mais acessível e direta.
1123 Entende importante também que se marque nos textos que o CRP é gestão
1124 "Cuidar", procurando utilizar essa palavra e suas derivações nesses textos.
1125 Evelyn cita ainda que a proposta sobre a política de troca de e-mails é que se
1126 priorize responder e-mails somente ao remetente em casos de informações
1127 administrativas (como e-mails da Secretaria, COE e COF), evitando lotar as
1128 caixas de e-mails dos demais; que se evite usar assinaturas de e-mail se
1129 identificando como CRP SP caso o e-mail não for de uso exclusivo para ações
1130 desta entidade e atentar-se às normas éticas para a assinatura eletrônica;
1131 atentar-se à relação de pessoas copiadas nas mensagens para evitar tratar de
1132 assuntos políticos em troca de e-mails com colaboradoras/es e funcionárias/os,
1133 ressaltando que as discussões políticas acontecem na plenária; procurar
1134 encaminhar as mensagens às pessoas realmente relacionadas à questão em
1135 pauta. Apresenta também a proposta para que as Atas das reuniões e as pautas
1136 do Jornal: que os documentos que forem de construção textual coletiva sejam
1137 disponibilizados no *Google Drive*. Explica que esse recurso permite que múltiplas
1138 pessoas acessem o documento e façam a sua construção de forma coletiva,
1139 sem que haja a necessidade de que sejam realizadas diversas trocas de até que
1140 se chegue à sua versão final. Bruna indica que essa proposta está mais
1141 relacionada à pauta do Jornal e menos para compartilhamentos de atas de
1142 reuniões, pois ainda não há uma grande quantidade de núcleos, o que em breve,
1143 deve-se passar a ter. Entende também ser importante esse procedimento, para
1144 que as pessoas possam verificar e, embora para muitas discussões ainda não
1145 esteja tão apropriada/o, e acompanhar o que vem sendo discutido, caso haja
1146 interesse. Então, a sugestão é que se compartilhe um arquivo de *Google Drive*
1147 com pastas de todos os núcleos, comissões e diretoria, e que todas/os tenham
1148 acesso às atas das reuniões. Ressalta-se que isso facilitará, por exemplo,
1149 verificar se determinada pauta encaminhada para a Diretoria já foi discutida. A



1150 mesma proposta se apresenta para a pauta do Jornal, explicando que quando se
1151 colocou o Jornal em pauta, a gestão ainda estava no começo, mas era
1152 necessário discutir para ter tempo hábil para a produção. Por isso, foi
1153 encaminhada a consulta por e-mail de forma livre, sem delimitar sobre as
1154 colunas que o compõe. Foi feita proposta de formulário para o Jornal, que é uma
1155 tabela com o nome de todas/os as/os conselheiras/os e com campos para:
1156 aprovar, sugerir alteração (indicar o nome da seção), explicar a sugestão, e os
1157 apontamentos/ explicações da Comissão de Comunicação. Todos teriam acesso
1158 às sugestões gerais, mas ficariam organizadas no mesmo documento para que
1159 se pudesse ser ponderado com o/a jornalista responsável. Gostaria de consultar
1160 o plenário se aprova dessa forma, pois o trazido por Camila Teodoro Godinho,
1161 conselheira responsável pela Comunicação na última gestão, é que as
1162 discussões em plenária eram muito extensas. Somente depois de organizadas
1163 as ideias é que se traga para a plenária, para que a discussão seja mais focal.
1164 Questiona também quais as necessidades das subsedes para regionalização da
1165 comunicação, assim, pede que sejam levantados quais são as necessidades das
1166 subsedes com celeridade, para que a comissão possa considerar para o PE.
1167 Solicita também que se adote uma política de atendimento de prazos. A
1168 apresentação será disponibilizada ao plenário. Sobre o Jornal Psi, houve uma
1169 discordância na discussão realizada por e-mail, esclarece que conversou com a
1170 jornalista e que se vê em um processo de disputa de projetos de gestão, entre as
1171 três chapas que concorreram à eleição do CRP SP. Quando conversaram com a
1172 jornalista, disseram que precisavam identificar a perspectiva desta gestão e as
1173 propostas que trazidas, não necessariamente fazendo crítica a forma
1174 estabelecida por outro grupo, mas pontuando a forma de pensar do CRP, foi
1175 dessa forma que foi explicado para a jornalista, e por isso, a forma foi
1176 apresentada com aquele título. Mas, a ideia é se apresente a perspectiva desta
1177 gestão e porque não cabem outras propostas dentro desse modelo.
1178 Considerações do Plenário: 1) Sugere-se que se criem estratégias para
1179 produção de Notas, por exemplo, e do conteúdo a ser disponibilizado no canal
1180 do *Youtube*, entendendo que se deve investir nessa rede (*Youtube*); 2) Indica-se
1181 que é importante que se confie na competência das pessoas, e da forma como
1182 está sendo feita não estamos permitindo que se manifestem; 3) Comenta-se da
1183 deliberação do IX COREP sobre acessibilidade da comunicação, indicando que
1184 se considere para o planejamento da Comunicação, citando ainda que há um
1185 relatório que está sendo finalizado (iniciado na gestão passada) sobre as



1186 necessidades de adaptação para acessibilidade da sede e sedes, que talvez
1187 contemple a questão da comunicação; 4) Sugere-se conversa entre a
1188 comunicação, a secretaria e a COE para verificar a questão das confirmações de
1189 participação em plenárias, para viabilizar uma forma mais eficiente dessas
1190 comunicações; 5) Criticar a forma positivista de olhar a ciência e a profissão não
1191 significa, exatamente, criticar linhas da psicologia que usam métodos
1192 quantitativos e sim criticar uma psicologia hegemônica, preconceituosa,
1193 opressora e excludente. Nesse sentido, o texto do Jornal precisa abarcar esse
1194 raciocínio; 6) Pode-se colocar a chamada de qualquer assunto na capa, desde
1195 que seja em forma de questionamento. Pois se já se coloca o posicionamento,
1196 se afugenta uma parcela da categoria que não concorda com o exposto, sem
1197 que sejam apresentados os argumentos. Deve-se pensar na forma cuidadosa
1198 de se abordar os assuntos; 7) Posicionar-se sobre as defesas do CRP, mas sem
1199 que se entre no mérito do debate de político e partidos, pois é o que é possível
1200 enquanto CRP. Evelyn faz proposta de que se realize debate político de
1201 conjuntura com o plenário, que é uma questão de alinhamento que deve existir.
1202 Sobre a proposta de debate, Camila Teodoro Godinho sugere dividir em 2 (duas)
1203 propostas: 1) análise de conjuntura como ponto permanente nas plenárias e 2)
1204 fazer o debate em momento específico. Vinicius Cesca de Lima reforma a
1205 proposta de ponto permanente de pauta em plenária. Coloca que talvez seja
1206 urgente discutir conjuntura como alinhamento político. Lembra que o momento
1207 de abertura do PE é de aquecimento as pessoas para trabalho no dia seguinte e,
1208 assim, propõe uma atividade convidando alguém que faça fala externa e
1209 dialogue com nossas atividades do PE. **Encaminhamentos:** Considerando o
1210 debate do plenário, decidiu-se: 1) Com relação a confirmações em plenárias, a
1211 Comunicação deve conversar com a Secretaria e COE para pensar em uma
1212 forma mais fácil dessas comunicações; 2) as sessões ordinárias terão o tema
1213 'conjuntura' como ponto permanente, ao início dessas sessões, com perspectiva
1214 de alternância de conselheiras/os para construção e apresentação da pauta; 3)
1215 Acatou-se a proposta de convidar uma pessoa para debater sobre a conjuntura
1216 política na abertura do PE. A conselheira Evelyn Sayeg ajudará na construção
1217 dessa pauta; 4) Sobre a matéria de capa do Jornal: Além da indicação, será
1218 compartilhada por e-mail a matéria mesmo que ainda em rascunho às/aos
1219 conselheiras/os, para entender a construção textual que se propôs. Fica
1220 responsável por essa ação a conselheira Evelyn Sayeg; 5) No que tange às
1221 necessidades das sedes para que produzam materiais de melhor qualidade,



1222 na perspectiva da regionalização, fica a indicação para que se informem quais
1223 são as demandas que têm em relação à comunicação, trazendo esse
1224 diagnóstico, para que seja considerado no planejamento da comissão. **IX)**
1225 **MEDIDA PROVISÓRIA 746/16 - REFORMA DO ENSINO MÉDIO** - Não foi
1226 possível discutir o assunto em plenária devido ao tempo escasso,
1227 **Encaminhamento:** A conselheira secretária Camila Teodoro Godinho
1228 encaminhará a demanda por e-mail com a conselheira Maria Rozinete
1229 Gonçalves e Diretoria. **X) RECOMPOSIÇÕES DE COMISSÕES GESTORAS,**
1230 **PERMANENTES, GRUPOS DE TRABALHO E COLETIVOS INTERNOS – 10.1)**
1231 **Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira** – Propõe-se a inclusão de
1232 Daniella Stazack de Araujo (CRP 06/47149) e Tayna Alencar de Souza (CRP
1233 06/83455) como membros na Comissão Gestora da Subsede da Baixada
1234 Santista e Vale do Ribeira. **Encaminhamento:** A proposta de inclusão
1235 apresentada foi aprovada pelo plenário. **10.2) Subsede de Bauru** – Propõe-se a
1236 inclusão de Lilian Magda de Macedo (CRP 06/71116) e de Fabiano Boghossian
1237 Esperança (CRP 06/90723) como membros da Comissão Gestora da Subsede
1238 de Bauru. **Encaminhamento:** A proposta de inclusão apresentada foi aprovada
1239 pelo plenário. **10.3) Núcleo Gestor Metropolitano** – Propõe-se de inclusão de
1240 Alexandre de Brito Ângelo (CRP 116089) e de Brisa Bejarano Campos
1241 (06/94625) como membros do Núcleo Gestor Metropolitano. **Encaminhamento:**
1242 A proposta de inclusão apresentada foi aprovada pelo plenário. **10.4) Subsede**
1243 **de Ribeirão Preto** – Propõe-se a inclusão de Larissa Mariano Colombari (CRP
1244 06/127838) e Maria Aparecida Chioda Marques (CRP 06/83682) como
1245 colaboradoras da Subsede de Ribeirão Preto. **Encaminhamento:** A proposta de
1246 inclusão apresentada foi aprovada pelo plenário. **10.5) Subsede de Sorocaba** –
1247 Propõe-se a inclusão de Gelberton Vieira Rodrigues (CRP 06 / 122621) como
1248 Membro da Comissão Gestora da Subsede de Sorocaba. **Encaminhamento:** A
1249 proposta de inclusão apresentada foi aprovada pelo plenário. **10.6) Comissão**
1250 **de Ética** – Propõe-se a inclusão como membros da Comissão de Ética das/o
1251 conselheiras/o Beatriz Borges Brambilla (06/98368), Luciana Stoppa dos Santos
1252 (06/78466) e Rodrigo Toledo (06/90143). A presidenta da COE, Andrea Mataresi,
1253 justifica a indicação devido aos processos de regionalização. Propõe-se também
1254 a inclusão como membros de Ana Paula Hachich de Souza (CRP 06/74115) –
1255 sede; Brônia Liebesny (CRP 06/765) – sede; Bruno de Castro Santos Motta
1256 (CRP 06/94865) – sede; Francine Cristina Prolungati de Oliveira Araújo (CRP
1257 06/85073) – Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte; Gabriela Gramkow



1258 (CRP 06/78662) – sede; Janaina Peripolli Souza (CRP 06/101457) – sede;
1259 Lilihan Martins da Silva (CRP 06/50050) - Subsede do Vale do Paraíba e Litoral
1260 Norte; Maria Cristina Rocha (CRP 06/28603) - sede; Nereida Marques da Silva
1261 (CRP 06/128855) - Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte; Noêmia Aurélia
1262 Gomes (CRP 06/13494) – sede; Patrícia Maria Galvão Cintra Mortara (CRP
1263 06/25740) – sede; Plínio Barbosa Bronzeri (CRP 06/85122) – sede; e, Victor
1264 Barão Freire Vieira (CRP 06/100245) – sede. Solicita-se a alteração de
1265 colaboradora de Sorocaba para colaboradora da Sede de Camila Taraborelli
1266 Lopes Lara (CRP 06/99914); a inclusão como colaboradora da Sede de Leticia
1267 de Assis Araújo (CRP 06/131966); a alteração de colaboradora/or para membro
1268 de Anisha Gonçalves Santana (CRP 06/123041) – sede; Bruno Monteiro Carlos
1269 (CRP 06/80726) - Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte; Camila Vergara
1270 Lopes Silva (CRP 06/65295) – sede; Elenice Conceição de Santana (CRP
1271 06/84741) – sede; Esther Akemi Kavano Katayama (CRP 06/ 24969) – Subsede
1272 de Assis; Lívia Gonsalves Toledo (CRP 06/81872) - Subsede do Vale do Paraíba
1273 e Litoral Norte; Luís Fernando de Oliveira Saraiva (CRP 06/81533) - sede; Maria
1274 Cristina B. Maciel Pellini (CRP 06/27071) – sede; Maria Izabel do Nascimento
1275 Marques (CRP 06/986) – Subsede de Campinas; e, Patrícia Unger Raphael
1276 Bataglia (CRP 06/ 27448) – sede. Indica-se também a Inclusão como
1277 colaboradora/or para defesa dativa de Márcio Dionizio Inácio (CRP 06/61660);
1278 Marília Dapena Fernandez (CRP 06/122099) e Tatiana Barricelli Vaz (CRP
1279 06/89461). Indica-se ainda a inclusão como colaboradores de CI na Subsede
1280 Assis de João Renato Ciabattari Pagnano (06/84508) e Sonia Romeiro Costa
1281 Rocha (06/97709) e a Inclusão como membros na Subsede Assis de Andreia
1282 Sanches Garcia (06/41026) e Ana Maria Uliana (06/32586). Propõe-se a
1283 alteração de colaboradora de CI da Subsede Assis para membro da Sede de
1284 Esther Akemi Kavano Katayama (CRP 06/ 24969). Indica-se a inclusão como
1285 membro na Subsede Baixada Santista de Mary Ueta (CRP 06/64673) e a
1286 alteração de colaboradores para membros da Subsede do Grande ABC de
1287 Antonio Carlos Freitas (06/ 40167); Ana Paula Camargo Alcazar (06/96286);
1288 Leonardo Milan (06/31748) e Raquel Schmidt Ferraz (06/ 114939). Propõe-se a
1289 inclusão como colaboradora/es de Comissão de Instrução da Subsede da
1290 Baixada Santista de Joana Darc Ferreira Costa (CRP 06/125395); José Ricardo
1291 Portela (CRP 06/51825) e Fernando Aparecido Figueira do Nascimento (CRP
1292 06/78020) e a inclusão como colaboradora da Comissão de Instrução na
1293 Subsede de Bauru de Caroline Cusinato (CRP 06/112011). Indica-se a inclusão



1294 como colaboradora de Comissão de Instrução na Subsede de Campinas de
1295 Giseli de Fátima Assoni (CRP 06/72980) e a inclusão como colaborador da
1296 Comissão de Instrução na Subsede Grande ABC de Wellington Oliveira Buosi
1297 (CRP 06/131006). Propõe-se a inclusão como colaboradoras de Comissão de
1298 Instrução na Subsede de Ribeirão Preto de Beatriz Marques de Mattos (CRP
1299 06/108613); Maria Carolina Pinto Ferraz Cabau (CRP 06/110639); e, Luciana
1300 Stoppa dos Santos (CRP 06/78466). Propõe-se a inclusão como
1301 colaboradoras/es de Comissão de Instrução na Subsede de SJRP de Ana Carla
1302 Cividanes Furlan Scarin (CRP 06/47625); Claudia Cristina Lofrano Souto (CRP
1303 06/44926); Fausto Martins Geantomasse (CRP 06/81623); Kleber Chaves
1304 Pereira (CRP 06/77678); Lourdes de Fátima Genaro (CRP 06/8383); Luzia
1305 Emília Sanchez Ayala Pitangui Calixto (CRP 06/0478); e, Maria das Graças
1306 Mazarin de Araujo (CRP 06/13604). Encaminhamento: O plenário aprova as
1307 indicações para composição da Comissão de Ética. **10.7) Comissão de**
1308 **Orientação e Fiscalização** – Indica-se a inclusão como colaboradoras/es para a
1309 COF na Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira de Daniella Stazack de
1310 Araujo (CRP 06/47159); Fernando Aparecido Figueira do Nascimento (CRP
1311 06/78020); Joana Darc Ferreira Costa (CRP 06/125395); José Ricardo Portela
1312 (CRP 06/51825); Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso (CRP 06/4595); Mitchel
1313 Oliveira da Silva (CRP 06/108152); e, Tayna Alencar de Souza (CRP 06/83455).
1314 Propõe-se a inclusão como colaboradoras/or para a COF na Subsede de Bauru
1315 de Deborah Mendes Araújo de Andrade (CRP 06/63029); Fabiano Boghossian
1316 Esperança (CRP 06/90723); Jéssica Rodrigues Rosa (CRP 06/103702); Lilian
1317 Magda de Macedo (CRP 06/71116); e, Marisha de Oliveira Santos (CRP
1318 06/90091). Indica-se ainda a Inclusão como colaboradora para a COF na
1319 Subsede de Campinas de Giseli de Fátima Assoni (CRP 06/72980) e a inclusão
1320 como colaboradoras/es para a COF na Subsede São José do Rio Preto de Ana
1321 Paula Cypriano (CRP 06/84855); Carlos Eduardo Medeiros (CRP 06/122494);
1322 Marcelo Henrique De Souza (CRP 06/124530); Sblandiano Junqueira Macri
1323 (CRP 06/87321); e Vanessa Gimenez (CRP 06/95188). Propõe-se a inclusão
1324 como colaboradoras/es na Subsede de Sorocaba de Cristiane Paes
1325 Estevão (CRP 06/99351); Eloísa Putini Curtis Rossini (CRP 06/105171); Fabiana
1326 Midori Oikawa (CRP 06/101058); Lucimara Affonso (CRP 06/133360); Luiz
1327 Eduardo de Azevedo Rossini (CRP 06/105294); Michele Cristina Mattarazzo de
1328 Souza (CRP 06/66449) e Sergio Augusto Garcia Junior (CRP 06/ 103795).
1329 Indica-se a inclusão como colaboradoras/es na Subsede do Vale do Paraíba e



1330 Litoral Norte de Angela Fernandes Rodriguez Godoy (CRP 06/72479); Guilherme
1331 Pimentel de Souza (CRP 06/87315); Lilihan Martins da Silva (CRP 06/50050);
1332 Lívia Gonsalves Toledo (CRP 06/81872) e Nereida Marques da Silva (CRP
1333 06/128855). Sugere-se, ainda, a inclusão como colaboradoras/es na Subsele de
1334 Ribeirão Preto de Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895); Carolyne
1335 Barbosa Vitorazzi CRP 06/131170); Marcus Vinicius Santos (CRP 06/85104);
1336 Guilherme Schezzi Botelho (CRP 06/86290) e Juliana Nakane Nakano (CRP
1337 06/94952). **Encaminhamento:** O plenário aprova as indicações para
1338 composição da Comissão de Orientação e Fiscalização. **10.8) CPL – Comissão**
1339 **de Processos Legislativos** – A coordenadora técnica interina, Luciana
1340 Mantovani, fala sobre o funcionamento da CAPL – Comissão de
1341 Acompanhamento de Projetos Legislativos, responsável por realizar o
1342 acompanhamento dos projetos de lei de interesse da Psicologia. Essa Comissão
1343 foi criada em 2007 devido à necessidade de responder algumas demandas da
1344 ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e da Câmara
1345 Municipal. Trata-se de comissão que presta assessoria a outras comissões e
1346 grupos do CRP SP. Ela realiza o levantamento de projetos de lei e informa aos
1347 coletivos da gestão sobre o andamento desses projetos, motivando, assim,
1348 ações políticas. Àqueles projetos com maior relevância, além de realizar o alerta
1349 sobre a tramitação, propõe eventualmente alguma notícia no site e ajuda os
1350 grupos a elaborarem ofícios ao legislativo sobre as pautas, justificando o
1351 posicionamento do CRP. Alerta que a CAPL não trabalha com a questão política
1352 e ressalta que há uma pessoa responsável no CFP por realizar esse diálogo
1353 direto com as casas parlamentares. Comenta também sobre a estrutura da
1354 comissão e sobre seu fluxo de trabalho. Informa ainda que os assuntos são
1355 tratados em sua maioria por e-mail e que, em geral, são todos urgentes, pois as
1356 pautas são levantadas de acordo com as vontades políticas do legislativo. Indica
1357 ainda que para que a Comissão seja também formada nesta gestão é necessário
1358 o acompanhamento e coordenação de uma/um conselheira/o. Vinicius Cesca de
1359 Lima indica ainda que o último Encontro Sede e Subsedes realizado na gestão
1360 anterior tratou sobre a CAPL e surgiu a proposta de avançar as tarefas da CAPL,
1361 que deixaria de ser somente para realizar o acompanhamento dos processos,
1362 mas também para pensar a relação com o legislativo, a fim de propor a
1363 apresentação de projetos de lei e criação de pauta de interesse da categoria, de
1364 modo não corporativista. Considerações do plenário: 1) Questiona-se, em
1365 relação às subsedes, qual o fluxo para realização do acompanhamento dos



1366 processos. 2) Questiona-se sobre a prioridade de que essa comissão seja criada
1367 antes da realização do Planejamento Estratégico, quando os demais grupos
1368 deverão ser criados. 3) Considera-se interessante a apresentação,
1369 especialmente o resumo sobre o Código de Processo Penal e o Código de
1370 Processo Civil, que influenciam o campo da Psicologia. 4) Indica-se como
1371 grande dificuldade o acompanhamento dos projetos nas Câmaras Municipais,
1372 que podem ser em município distinto das subsedes e de mais difícil
1373 acompanhamento. Assim, sugere-se que sejam elencadas formas para esse
1374 acompanhamento. 5) Apesar de os grupos temáticos do CRP SP serem
1375 formados somente no Planejamento Estratégico, há defesa de que a comissão
1376 seja criada nesta plenária. 6) Sugere-se que as subsedes indiquem membros
1377 para comporem a Comissão. 7) Indica-se que a comissão também pode ter
1378 colaboradoras/es. 8) Questiona-se sobre qual o impedimento para a criação
1379 dessa comissão, pontuando que os processos devem ser acompanhados. A
1380 mesa diretoria esclarece que não se trata de uma comissão permanente.
1381 Luciana Mantovani esclarece que com a regionalização, na gestão anterior, as
1382 pautas eram encaminhadas aos núcleos temáticos que contavam com a
1383 participação de pessoas das subsedes, também. As subsedes foram
1384 estimuladas a acompanhar pelo menos 2 (dois) Projetos de Lei regionalmente, e
1385 informaram à CAPL quais eram. A conselheira Evelyn Sayeg coloca-se
1386 interessada em compor a CAPL, o que facilitaria o posicionamento mais célere
1387 com a Comunicação. Indica, ainda, a inserção da conselheira Larissa Gomes
1388 Ornelas Pedott. Vinícius Cesca de Lima, considerando as diretrizes desta gestão
1389 de descentralização, sugere que a comissão passe a se chamar CPL –
1390 Comissão de Processos Legislativos, tendo em vista que pode realizar um
1391 trabalho para além do que vinha sendo realizado, indicando que a política da
1392 Comissão deverá ser construída durante o Planejamento Estratégico. A
1393 conselheira Ivana do Carmo Souza também se coloca à disposição para
1394 colaborar. **Encaminhamento:** O plenário deliberou pela criação e constituição
1395 da Comissão, que será nomeada como CPL (Comissão de Processos
1396 Legislativos), já pensando que politicamente é estratégica para o plenário. A
1397 Comissão passa a ser composta pelas conselheiras Evelyn Sayeg e Larissa
1398 Gomes Ornelas Pedott e contará com apoio do corpo técnico do CRP SP.
1399 Considerando que a CPL poderá ter colaboradoras/es, fica indicado que
1400 sugestões de membros podem ser trazidas para referendo na próxima plenária.
1401 **XI) NÚCLEO GESTOR METROPOLITANO - Encaminhamento:** O ponto foi



1402 explicado pela mesa diretora diretamente à conselheira Magna Barboza
1403 Damasceno e, dessa forma, o assunto foi retirado da pauta. **XII)**
1404 **REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS** - A conselheira Beatriz Marques de Mattos
1405 comenta sobre convite recebido para evento do Tribunal de Justiça de São
1406 Paulo a ser realizado no dia 11 de novembro, na cidade de Cravinhos, região de
1407 Ribeirão Preto. O tema do encontro será "Depoimento Especial". Assim, solicita
1408 autorização para ampliá-lo ao colaborador Gustavo de Lima Bernardes Sales,
1409 que tem apropriação dessa temática. **Encaminhamento:** Não houve objeção à
1410 sugestão suscitada. Esclareceu-se que é possível a representação suscitada,
1411 pois o indicado já é colaborador do CRP SP. **XIII) PROPOSTA DE DEBATE**
1412 **INTERSETORIAL SOBRE PEC 241 – Encaminhamento:** Por motivo de tempo,
1413 não foi possível a discussão do ponto em plenária, mas tendo em vista a
1414 urgência de encaminhamento de ações, pois em breve ocorrerá a votação na
1415 Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda Constitucional 241/16, assunto
1416 que será tratado pela CPL, com possibilidade de encaminhamento ao Senado
1417 Federal, para aprovação. **XIV) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS**
1418 **FÍSICA E JURÍDICA** - A conselheira secretária submeteu ao plenário a
1419 apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas neste CRP SP.
1420 **Encaminhamento:** Foram subscritos os seguintes processos: Pessoa física -
1421 226 (duzentas e vinte e seis) inscrições novas, 59 (cinquenta e nove)
1422 reativações, 08 (oito) inscrições secundárias, 21 (vinte e uma) inscrições por
1423 transferência, 26 (vinte e seis) cancelamentos da solicitação por desistência, 151
1424 (cento e cinquenta e um) cancelamentos a pedido, 09 (nove) cancelamentos por
1425 óbito, 08 (oito) cancelamentos por transferência, 19 (dezenove) cancelamentos
1426 de inscrição secundária e 29 (vinte e nove) cancelamentos por não
1427 apresentação de diploma. Pessoa jurídica – 17 (dezesete) registros, 07 (sete)
1428 cadastros, 04 (quatro) alterações contratuais e 10 (dez) cancelamentos a pedido.
1429 Total geral de processos aprovados para pessoas física e jurídica: 594
1430 (quinhentos e noventa e quatro), conforme folha anexa que é parte integrante
1431 desta ata. **XV) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – O plenário
1432 tomou conhecimento da relação de psicólogas/os para aprovação do título de
1433 especialistas. **Encaminhamento:** Na modalidade Cursos Credenciados deferiu-
1434 se: 19 (dezenove) na área da Psicologia do Trânsito, 08 (oito) em Psicologia
1435 Clínica, 03 (três) na área de Psicologia Hospitalar e 04 (quatro) em
1436 Neuropsicologia. Na modalidade Cursos IES homologou-se: 04 (quatro) em
1437 Psicologia Organizacional e do Trabalho, 03 (três) em Psicologia do Trânsito, 01



1438 (um) em Psicologia Clínica, 01 (um) em Psicologia Hospitalar, 01 (um) em
1439 Psicomotricidade, e 01 (um) em Psicologia da Saúde. Na modalidade Concurso
1440 validou-se 01 (um) em Psicologia do Trânsito e 01 (um) em Psicologia
1441 Hospitalar. Sendo assim, o total geral de títulos de especialistas ratificados
1442 representa 47 (quarenta e sete), conforme folha anexa que é parte integrante
1443 desta ata. **XVI) CREDENCIAMENTO DE SITES** - Foram analisados 12 (doze)
1444 processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável a 11
1445 (onze) pedidos, com protocolos: 706335764 (CRP 06/103825), 306538015
1446 (06/124281), 306536034 (06/129411), 406111876 (06/108303), 406636005
1447 (06/125577), 406836724 (06/3501), 006035623 (06/23942), 306836527
1448 (06/58431), 606438753 (06/103941), 506636912 (06/130374) e 606836882
1449 (06/109520). Concedeu parecer desfavorável a solicitação de obtenção de selo
1450 para o protocolo 406737578 (CRP 06/116087), conforme folha anexa que é
1451 parte integrante desta ata. **XVII) PEDIDOS DE DEFERIMENTO DE PESSOA**
1452 **JURÍDICA (COMUNIDADES TERAPÊUTICAS)** – A Comissão de Orientação e
1453 Fiscalização analisou o pedido de cadastro de Pessoa Jurídica de quatro
1454 Comunidades Terapêuticas e submete seu parecer ao Plenário.
1455 **Encaminhamento:** O plenário defere os registros de PJ para a Comunidade
1456 Terapêutica Só Por Hoje – Processo nº 178533, a Comunidade Terapêutica Só
1457 Por Hoje – Filial I – Processo nº 178066 e Comunidade Terapêutica Só Por Hoje
1458 – Filial II – Processo 178345. Indeferiu a solicitação da Clínica Terapêutica Viver
1459 a Vida Ltda. – Processo nº 191279. **XVIII) ASSUNTOS PARA PRÓXIMA**
1460 **PLENÁRIA** – Como não houve tempo hábil para discussão de todos os pontos
1461 de pauta desta sessão plenária, o plenário acorda que os mesmos sejam
1462 repautados: 1) Organização dos Coletivos Internos do CRP SP; 2) Proposta de
1463 Organização Nuclear para Subsedes; 3) Transparência; 4) Escuta de Crianças e
1464 Adolescentes (Depoimento Sem Danos), que deverá ser discutido com a
1465 presença da conselheira Regiane Piva; 5) Comissão de Auditoria e Controle
1466 Interno; 6) Representações em Entidades / Órgãos de Controle Social; 7)
1467 Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF (Brasília, 17
1468 e 18/12/2016), sendo que os materiais de subsídio referentes aos pontos
1469 remanescentes deverão ser encaminhados com antecedência aos membros do
1470 plenário e serão incluídos os pontos Revisão do CPD e Consolidação das
1471 Resoluções, sugeridos em reunião de Diretoria; e, 8) Recomposições de
1472 Comissões Gestoras, Permanentes, Grupos de Trabalho e Coletivos Internos -
1473 Grupo de Trabalho sobre Digitalização dos processos. Nada mais havendo a



1474 tratar, o senhor conselheiro presidente deu por encerrada a sessão às 19 horas
1475 e 25 minutos, da qual eu, conselheira secretária Camila Teodoro Godinho, lavrei
1476 a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os presentes. São
1477 Paulo, vinte e dois de outubro de dois mil e dezesseis.

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

Andrea Mataresi

Aristeu Bertelli da Silva

Camila Teodoro Godinho

Clarice Pimentel Paulon

Evelyn Sayeg

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozinetti Gonçalves

Regiane Aparecida Piva

Reginaldo Branco da Silva

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Vinicius Cesca de Lima

Beatriz Borges Brambilla

Beatriz Marques de Mattos

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Magna Barboza Damasceno

Márcio Magalhães da Silva



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira

Bicudo Guarnieri

Mary Ueta

Maurício Marinho Iwai

Rodrigo Fernando Presotto

Rodrigo Toledo